

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O BRASIL NO CENÁRIO SUL-AMERICANO
DE DEFESA E SEGURANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

PEDRO BIAGGIO SIEBENEICHLER

PORTO ALEGRE (RS)
NOVEMBRO/2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O BRASIL NO CENÁRIO SUL-AMERICANO
DE DEFESA E SEGURANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Pedro Biaggio Siebeneichler

Orientador: Dr. Paulo G. Fagundes Vizontini

Banca Examinadora:

Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizontini

Dra. Analúcia Danilevich Pereira

Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

PORTO ALEGRE (RS)
NOVEMBRO/2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares por todos os momentos bons da minha vida, e pelo apoio nas horas difíceis.

Ao Professor Dr. Paulo Vizentini, meu orientador, pela oportunidade de desenvolver este trabalho e, principalmente, pela tolerância e paciência.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por sua qualidade acadêmica, pela estrutura fornecida e, principalmente, aos Professores da Universidade pela dedicação em ensinar durante estes quatro anos de convívio.

RESUMO

O presente trabalho tem com o objetivo analisar processo de integração em matéria de segurança na América do Sul, destacando as iniciativas brasileiras de construção institucional de uma zona pacífica. Os primeiros passos foram dados no final da década de 1970, com a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (1978) e a assinatura do Tratado de Itaipu (1979), mas foi a partir da I Reunião de Presidentes Sul-Americanos, em 2000, que ocorreu a valorização do espaço regional na política externa brasileira.

A América do Sul enfrenta diversas ameaças e riscos à sua segurança, como disputas fronteiriças, crescimento dos gastos militares, crises de governabilidade e narcoterrorismo. O Brasil propôs a criação da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americana, como forma de buscar o diálogo e a cooperação, mas também com o objetivo de consolidar sua crescente importância no cenário internacional.

Palavras-chave: Segurança na América do Sul, Política Externa Brasileira, Unasul, Conselho de Defesa Sul-Americano.

O destino brasileiro será de grandeza ou caos.

Samuel Pinheiro Guimarães

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE NAÇÕES	10
1.1. Região do Cone Sul	10
1.2. Região Amazônica	14
1.3. Valorização do Espaço Sul – Americano	17
2. PROBLEMAS DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL.....	21
2.1. Questões não resolvidas de demarcação fronteiriça	21
2.2. Armamentismo na América do Sul	24
2.2.1. Dinâmica das Compras de Armamentos	25
2.2.2. Motivações	29
2.2.3. Há uma Corrida Armamentista na América do Sul?	30
3. POLÍTICAS DE DEFESA DO BRASIL	33
3.1. Políticas de Defesa Nacional e criação do Ministério da Defesa	33
3.2. Uma Política Estratégica de Longo Prazo	36
4. UNASUL E O CONSELHO DE DEFESA	41
4.1. A Consolidação da Unasul	44
4.2. A Presença norte-americana e o Fortalecimento do Conselho de Defesa	48
CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	55

INTRODUÇÃO

A recente criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a formulação da Estratégia Nacional de Defesa (END) refletem o crescimento do interesse e da preocupação do Brasil em enfrentar os desafios de segurança, nos âmbitos regional e global, das próximas décadas. É um esforço genuíno para construir capacidades militares e institucionais e também para adaptar-se a um novo cenário definido em torno de importantes mudanças nas estruturas de poder, na posição relativa dos principais atores e em suas respectivas capacidades, assim como na definição dos problemas de segurança que enfrenta interna, regional e globalmente. Como país que aspira a elevar seu status quo internacional, o Brasil deve desenvolver capacidades institucionais, materiais e tecnológicas que permitam atender aos anseios de sua inserção internacional (Vaz, 2009, p.38).

Talvez o Brasil nunca tenha passado por uma prova tão clara para mostrar seu potencial em se tornar um “global player” e consolidar a América do Sul como um espaço de segurança regional integrado e articulado. O país busca ter uma projeção verdadeiramente global e desempenhar um papel junto às grandes potências, na discussão dos temas da agenda internacional. Apesar dos sérios problemas internos, como violência urbana, corrupção e pobreza, o perfil internacional do Brasil está se expandindo em diversas áreas, inclusive segurança, e portanto, a expectativa é que assuma responsabilidades mais importantes. Uma destas é justamente estabilizar a América do Sul, uma região com sucessivas crises de governabilidade, manutenção de problemas fronteiriços e crescentes gastos militares.

Desta forma, a hipótese do presente trabalho é que o Brasil está construindo mecanismos de cooperação em questões de segurança na América do Sul, com o objetivo de tornar-se um líder regional, mas sem confrontação com os Estados Unidos, e respeitando a soberania dos demais países.

O capítulo I abordará o início deste processo de cooperação, dos anos 70 até a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações em 2004. Rivais históricos pelo controle político-estratégico do Rio da Prata, Argentina e Brasil aproximaram-se com a assinatura do Tratado de Itaipu (1979) e com o Acordo de Cooperação Nuclear (1980). A partir destes acontecimentos, a possibilidade de guerra entre as duas nações deixou de existir, e o relacionamento bilateral procurou avançar com a integração econômica. Na

década de 90, o processo expandiu-se para Uruguai e Paraguai, com a criação do Mercosul e com a realização de exercícios militares conjuntos.

Em relação ao território amazônico, o Brasil também buscou a aproximação com os vizinhos no final dos anos 70, através da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (1978). Porém, não foram adotadas medidas satisfatórias para o fortalecimento do organismo até meados da década de 90.

A crise cambial brasileira em 1999 e seus reflexos nos países da região levantaram suspeitas sobre a continuidade do processo de integração na América do Sul. Porém, a resposta da diplomacia brasileira foi avançar a integração, a partir da Cúpula de 2000, que culminou com a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) em 2004.

Apesar da aproximação diplomática entre os países, a região não eliminou algumas disputas limítrofes de longa data, por exemplo, entre Chile e Peru/Bolívia, e Guiana e Venezuela. Também é preocupante o crescimento dos gastos militares de alguns Estados, principalmente Chile e Venezuela, pois modificam o equilíbrio de forças. Ainda que as guerras interestatais sejam pouco prováveis na América do Sul, a capacidade militar é utilizada como poder de barganha para disputas territoriais ou ganhos relativos. Assim, o capítulo II analisará a dinâmica das recentes compras de armamentos e suas motivações. Ao final, tentaremos explicar que o crescimento dos gastos militares em anos recentes não se trata de uma corrida armamentista, como é geralmente noticiado na imprensa, mas também não é um processo sem consequências para a segurança da América do Sul.

O capítulo III estudará as diferentes formas de planejamento estratégico do Brasil no pós Guerra-Fria. As questões de Defesa Nacional perderam espaço nas agendas dos governos Collor e Fernando Cardoso, muito por causa da percepção de inexistência de ameaças externas ao país, mas também porque as lideranças políticas do Legislativo não queriam debater assuntos que pudessem vinculá-los ao Regime Militar.

No governo Cardoso, o Brasil aderiu a inúmeros regimes de controle de armamentos e de tecnologias sensíveis, recuando no conceito de soberania. Por outro lado, o governo aprovou em 1996 a Política de Defesa Nacional (PDN) com o objetivo de elaborar diretrizes para o emprego e o planejamento das Forças Armadas, sendo um avanço a divulgação do documento. Também foi bem recebida a criação do Ministério da Defesa em 1999, pois faz parte do processo de consolidação da democracia e de efetivação do controle civil sobre as Forças Armadas. Embora as intenções tenham sido

boas, o debate nacional de defesa ficou reduzido por quase uma década às questões salariais dos militares e houve sucateamento dos equipamentos armamentistas brasileiros.

A partir do governo Lula, aumentou o interesse político por assuntos de Defesa Nacional, e foi retomada a modernização das capacidades operacionais das Forças Armadas. Destaca-se também a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008, com objetivos de reestruturar a indústria brasileira de material de defesa, reorientar a composição dos efetivos militares (mudanças no Serviço Militar Obrigatório) e reorganizar as Forças Armadas, enfatizando a presença militar na região amazônica.

O capítulo IV discutirá o processo de cooperação em questões de segurança dos últimos anos, enfatizando as mudanças observadas a partir do segundo mandato do presidente Lula.

Até 2006, os acordos de segurança na América do Sul eram prioritariamente bilaterais ou contemplavam apenas países do Cone Sul. Com o passar do tempo, houve a ampliação dos exercícios militares conjuntos aos países amazônicos e o desenvolvimento do projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

No segundo mandato de Lula, o Brasil aumenta o interesse em consolidar sua posição estratégica na América do Sul, através de iniciativas para o fortalecimento do diálogo. Assim, importante passo no processo de integração foi a assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul (maio de 2008), e a criação do Conselho de Defesa Sul Americano (dezembro de 2008).

Apesar do crescente papel do Brasil, da relativa redução da influência norte americana e do sistema hemisférico de segurança (OEA e JID), os Estados Unidos ainda exercem fortes influências em alguns países, assim como apreensão e repulsa em outros. Desta forma, o Brasil deve continuar fortalecendo mecanismos de cooperação em assuntos de segurança na busca do diálogo entre seus vizinhos sul americanos.

Por último, faremos algumas considerações sobre o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul Americano.

1. CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE NAÇÕES

1.1. Região do Cone Sul

Ao longo do período colonial, a região foi palco de diversos embates entre portugueses e espanhóis pelo controle do estuário do Rio da Prata, devido ao avanço territorial realizado pelos bandeirantes, a construção da Colônia do Sacramento e a presença de organizações religiosas espanholas na região.

Posteriormente, com a independência das colônias e formação dos Estados Nacionais, a rivalidade passou a ser entre Brasil e Argentina, principalmente com o objetivo de exercer influência no Uruguai. A tentativa do Paraguai de formar uma terceira força na região levou Buenos Aires e Rio de Janeiro a momentaneamente unirem forças contra Solano Lopez.

Houve diversas tentativas de aproximação, como o pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), o bom relacionamento entre Vargas e Perón, e o Tratado de Uruguaiana (1961), mas a busca por maior influência nos países vizinhos menores (Bolívia, Uruguai e Paraguai) e as relações com a potência hegemônica (Inglaterra ou Estados Unidos) sempre atenuavam um maior entendimento político. Durante o regime militar brasileiro, a ideia de um Brasil Potência do governo Médici aumentou a desconfiança por parte dos outros países da América Latina. Miyamoto (2000, p.437) afirma que as opiniões emitidas em artigos e livros pelo então coronel Carlos de Meira Mattos tratando do Brasil Potência, e defendendo o aumento territorial, causava constantes críticas de seus parceiros argentinos da ativa e da reserva, ainda que comungassem os mesmos ideais anticomunistas. Para Mathias (2008):

Justamente porque disputavam a hegemonia regional, somada às relações com os Estados Unidos, Argentina e Brasil também protagonizavam o papel de principais atores a dificultar o processo de integração. Assim, ao longo do século XX, o desenho da política externa de cada um dos dois países, sempre teve em conta a posição do outro e as raras iniciativas para superar tal contencioso, fracassaram. (MATHIAS, 2008, p.79)

De grande importância para a aproximação entre Brasil e Argentina foi a década de 1970. Segundo Vizentini (2003, p.262), com a política do Pragmatismo Responsável,

do presidente Geisel (1974-79), o Brasil procurou abandonar o discurso ufanista de grande potência, adotando em relação à América Latina uma política de cooperação.

No governo Figueiredo, a 19 de outubro de 1979, ocorreu a assinatura do Acordo de Cooperação Técnico-Operativa entre os aproveitamentos hidroelétricos de Itaipu e Corpus. O quadro das relações entre Argentina e Brasil passou a ser outro a partir deste momento, realizando-se vários contatos em nível presidencial e ministerial, e assinando vários atos internacionais de cooperação (Vizentini, 2004, p.295). É desta data que se registra um abandono da prioridade da hipótese de guerra com a Argentina no planejamento militar (Brigagão, 2002, p.105).

A região aos poucos deixou de ser um potencial palco de guerras interestatais, e se iniciou um processo de cooperação militar e de crescente confiança mútua nos campos de defesa e segurança através da transparência nuclear e dos exercícios militares.

Brasil e Argentina passaram a atuar de maneira conjunta no desenvolvimento de energia nuclear, devido à pressão das potências para que aderissem ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), e às dificuldades impostas pelos norte americanos no repasse de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Em 1980, firmaram um acordo de Uso Pacífico da Energia Nuclear, o primeiro de uma série de medidas de cooperação. Segundo Brigagão (2002):

O caráter bilateral desse arranjo, fora do controle da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e dos termos do Tratado de Não Proliferação (TNP) foi percebido, na época, com um espaço pelo qual dois regimes militares autoritários poderiam vir a nuclearizar o Cone Sul. De fato, veio a revelar-se como o início de um processo extraordinário de construção de confiança mútua e desarmamento BRIGAGÃO(2002, p.105-106).

A crise das Malvinas (1982) representou o fortalecimento dos laços entre Brasil e Argentina, dada a solidariedade diplomática assumida por Brasília (Mathias, 2008, p.74). A assinatura de um tratado de paz e amizade (1984) entre Argentina e Chile também fortaleceu a cooperação no Cone Sul, pois foi o final de uma visão geopolítica que insistia na influência excludente sobre os oceanos e resultava em disputas limítrofes.

Após a redemocratização nos dois países, os presidentes Alfonsín e Sarney firmaram a Declaração de Iguazu (1985), com o objetivo de buscar a integração

econômica e consolidar a democracia; o Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986); e o Tratado de Integração e Cooperação Econômica (1988), que previa o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países num prazo de 10 anos. Segundo Guimarães (2005):

Havia nos governos Alfonsín e Sarney a compreensão de duas questões: a primeira, de que esse era um processo político; e a segunda, de que era uma iniciativa necessária à defesa dos interesses econômicos e políticos da Argentina e do Brasil, em um sistema internacional cada vez mais competitivo, agressivo e concentrador em todos os seus aspectos. Os princípios fundamentais desse processo foram definidos como gradualismo, equilíbrio, flexibilidade e participação social. Procurou-se, então, construir os programas específicos de tal forma que pudessem ser implementados e não viessem a se transformar em meras manifestações de intenção. (GUIMARÃES, 2005, p.378)

Entretanto, os malsucedidos planos de estabilização inflacionária do governo Sarney, as pressões do Fundo Monetário Internacional e a eleição presidencial de Fernando Collor de Mello acarretaram uma substancial mudança na forma de integração econômica. A criação de acordos estratégicos para o desenvolvimento industrial e tecnológico entre os dois países foi substituído por uma nova forma de integração econômica, adotando o conceito de regionalismo aberto. Novamente de acordo com Guimarães:

Os aspectos desenvolvimentistas do PICE foram abandonados e foi ele transformado em um esquema simples de redução automática, até a eliminação completa de barreiras comerciais, criando uma zona de livre comércio que incluiria o Paraguai e o Uruguai e uma união aduaneira com uma tarifa externa comum, com nível médio de alíquotas inferior ao antes vigente, em especial no Brasil, maior mercado da região (GUIMARÃES, 2005, p.381).

O Tratado de Assunção, assinado no dia 26 de março de 1991, pelos presidentes de Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, tinha como metas prioritárias a liberalização e abertura de mercados, um esquema acelerado de redução de tarifas e formação de uma tarifa externa comum. A estrutura do Mercosul era formada pelo Conselho do Mercado Comum, composto pelos ministros de Relações Exteriores e de Economia dos membros; e pelo Grupo Mercado Comum, coordenado pelos ministros de Relações

Exteriores. É importante notar que o prazo inicial previsto pelos acordos Sarney-Alfonsín fora reduzido quase pela metade. A intenção da equipe da ministra da economia, Zélia Cardoso de Melo era, neste contexto, agregar novo conteúdo a cooperação Brasil-Argentina, ao tomá-la um instrumento para a redução de tarifas ainda mais rápida, especialmente através da inclusão do Uruguai e do Paraguai. Desta forma, uma integração de ambições desenvolvimentistas foi transformada num instrumento de política econômica neoliberal (Vizentini, 2007, p.94).

No intuito de reforçar seu papel como potência regional, dando estabilidade à região e criando laços de confiança com os países vizinhos, o Brasil assinou, juntamente com a Argentina, em 1990, a declaração de Foz do Iguaçu sobre Políticas de Salvaguardas Nucleares, dando origem à criação da Agência Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Tal acordo serviu para alavancar a posição do Brasil de tomar providências de salvaguardas e adesões aos instrumentos de não proliferação de caráter mais amplo (Tratado de Não Proliferação, Washington, 1998), além de apresentar-se ao mundo como uma região efetivamente pacífica (Vizentini, 2006, p.217).

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 17 de dezembro de 1994, houve o acréscimo estrutural da Comissão Parlamentar Conjunta, com a presença dos congressistas de cada membro; a comissão de comércio do Mercosul, com o objetivo de dar assistência ao Grupo Mercado Comum; o Foro Consultivo Econômico e Social; e a Secretaria Administrativa. A partir desta data, o Mercosul tornou-se personalidade jurídica internacional, podendo assinar acordos com a União Européia e com outros países da América do Sul. Isto deu maior credibilidade ao bloco, aumentou a interdependência dos membros e elevou o comércio regional. Com efeito, o Mercosul foi constituído para ser mais do que um arranjo de promoção da integração econômica. Neste sentido, o processo de transformação do papel das fronteiras na América do Sul é dado pelo Mercosul, na medida em que promove a reestruturação estratégica do relacionamento entre Brasil e Argentina (Lafer, 2004, p. 58).

Em relação à segurança regional, no governo Fernando Henrique Cardoso houve um impulso na realização de exercícios militares conjuntos, inicialmente entre Argentina e Brasil, mas tão logo ocorreu a incorporação dos outros países do Cone Sul, seja como observadores, ou em nível operacional. As principais finalidades dos exercícios conjuntos são preparar para operações de manutenção de paz (Cabañas, Cruzeiro do Sul), treinar apoio em caso de catástrofes naturais (Araucária), estreitar

laços de confiança e cooperação (Laço Forte) e combater o tráfico ilícito nas fronteiras (Prata, Tanba).

Segundo Mathias (2008, p.77), um fato muito importante neste processo de crescente confiança mútua foi a assinatura em abril de 1997, pelos governos brasileiro e argentina, do memorando “Mecanismo de Entendimento sobre Consulta e Coordenação em matéria de Defesa e Segurança”, que indicava que qualquer iniciativa nestes assuntos seria previamente acordada entre os dois governos.

O relacionamento entre Argentina e Chile também melhorou consideravelmente após a redemocratização, pois foram resolvidas quase todas as disputas fronteiriças e se impulsionou uma agenda de cooperação que inclui facilidades para o trânsito de pessoas, bens e serviços, e exploração de recursos em zonas de fronteira. Para Fuentes (2007, p.17), uma outra iniciativa interessante foi o estabelecimento de uma comissão binacional que revisou e modificou os textos escolares, com o objetivo de promover visões compartilhadas da história bilateral e destacar aspectos de cooperação sobre os de enfrentamento.

Em 1995, foi criado o Comitê Permanente de Segurança (COMPERSEG) com os propósitos de estabelecer uma agenda de trabalho que permita a cooperação em matérias de segurança e de desenvolver atividades acadêmicas conjuntas. Em 1997, realizou-se a primeira “Reunião 2 + 2” entre os ministros de Relações Exteriores e de Defesa da Argentina e do Chile, e foi acordada a realização de atividades combinadas entre as forças militares. Outro passo importante foi a aprovação em 2001 de uma metodologia padronizada comum para medir os gastos de defesa, sendo considerada uma iniciativa inédita em nível internacional e de grande impacto regional (Pino, 2008, p.51-52).

1.2. Região Amazônica

Desta forma, a região do Cone Sul deixou de ser o foco das principais preocupações de segurança, e o Brasil passou a reorientar sua política de defesa com maior ênfase na região amazônica. A ideia de proteger a soberania nacional sobre a floresta não é nova, como afirma Miyamoto (2000):

Se recuássemos na história, poderíamos dizer que há muito tempo a região amazônica brasileira vem sendo objeto de atenção constante do governo. Sempre houve receio de

que a ocupação dessa parte ao norte do país, principalmente por conta de projetos estrangeiros, pudesse comprometer a segurança nacional, já que seria difícil para as autoridades brasileiras, em virtude das próprias características locais, manter um controle eficaz sobre o território. Daí as críticas ao se anunciar qualquer empreendimento para a região (MIYAMOTO, 2000, p.431-432).

A Amazônia sempre despertou curiosidade, interesse e cobiço na comunidade internacional pela sua grandiosidade e suas potencialidades naturais, como a biodiversidade elevada e a extraordinária reserva de água doce. Numericamente, a Amazônia representa 5% da superfície terrestre, 20% da água doce mundial, 33% das florestas mundiais e o maior bando genético do planeta. Com este alto valor estratégico, e os constantes e fundados rumores sobre a existência de ameaça à soberania nacional na região, foram feitas diversas tentativas de indução de desenvolvimento, indo desde a colonização pela presença militar, passando por projetos agro-industriais, até estabelecimento de uma zona franca em Manaus (Vizentini, 2006, p.215).

Miyamoto (2000, p.432) afirma que, a partir dos anos 70, a imprensa brasileira passou a denunciar a ocupação estrangeira na região apontando interesses considerados escusos, dilapidando as riquezas locais e colocando em risco a segurança nacional. Por sua vez, a imprensa internacional criticava a destruição do meio ambiente, sobretudo as queimadas feitas de maneiras discriminadas. É neste contexto de denúncias e pressões por todos os lados, bem como com o crescente diálogo na região do Cone Sul, que o governo brasileiro observa mais atentamente para a região amazônica. De acordo com Vizentini (2004):

Com o contencioso na Bacia do Prata se encaminhando para uma solução satisfatória para o Brasil, a diplomacia brasileira pode encaminhar uma proposta multilateral para a região amazônica. Dessa forma, é formulada uma nova política para a Amazônia, mediante projeto multilateral semelhante ao da Bacia do Prata. (VIZENTINI, 2004, p.306)

Assim, no dia 3 de julho de 1978, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela assinaram em Brasília o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), fundamentando-se nos princípios de competência regional, de igualdade, de cooperação regional e de harmonia entre desenvolvimento e preservação. Importância especial é dada à soberania nacional no aproveitamento dos recursos naturais, de acordo com o artigo IV:

As partes contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional.

Ao longo de seus vinte e oito artigos, foram promovidas várias iniciativas de cooperação: pesquisa científica e intercâmbio de informações (Art.7), saúde (Art. 8), infra-estrutura (Art. 10), comércio (Art. 12) e turismo (Art. 13). Pelo Artigo 22, as funções de Secretaria Pro Tempore seriam exercidas de forma rotativa.

Apesar destes objetivos, o que se viu foi a ausência de atividades significativas durante os anos 80, visto que os países membros sofreram com as indefinições políticas internas e com a crise econômica. Segundo Calderon (2007, p.46), o TCA foi inativo por dois fatores principais: a fragilidade institucional do Tratado – falta de uma organização internacional com presença jurídica que pudesse, entre outras coisas, desenvolver e propor políticas concretas; e a rotatividade das Secretarias Pro Tempore – sem autonomia para negociar ou executar ações de longo prazo.

Com essa iniciativa, pretendia-se afastar qualquer tentativa de controle internacional sobre a região, pois regionalizando a solução dos problemas os países signatários estariam resguardando sua capacidade de decisão na Amazônia Continental. Tal solução garantiria a segurança pela cooperação sem recurso aos meios militares, se o pacto realmente produzisse resultados concretos no marco dessa cooperação (Vizentini, 2006, p.215).

Como resposta aos desafios levantados através do debate de internacionalização da Amazônia, e desejando fortalecer os objetivos do Tratado, os oito países membros decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) por meio de um Protocolo de Emenda ao TCA em 1998. A criação da OTCA e sobretudo de sua Secretaria Permanente, em substituição das Secretarias Pro Tempore, representou um grande esforço por parte dos países membros que assim reconheceram a importância estratégica da Amazônia na geopolítica regional e concedeu maior institucionalidade ao Tratado de 1978 (Calderon, 2007, p.46).

Desta forma, como lembra Reis (2008, p.215), buscou-se o fortalecimento do Tratado de Cooperação Amazônica como um instrumento diplomático de cooperação dos países membros em torno do desenvolvimento sustentável da Amazônia e de afirmação de uma visão comum para a sub-região, conferindo um patrimônio

econômico, ambiental e diplomático capaz de promover as relações entre os países que a compartilham e de reforçar o seu perfil regional e internacional.

1.3. Valorização do Espaço Sul - Americano

A partir destes dois mecanismos de integração (Mercosul e OTCA), o Brasil buscou definir melhor sua real área de influência, enfatizando a região sul-americana. Para Guimarães (2005, p.272), esta é a área geográfica imediata de inserção internacional do Brasil e de ação da política externa brasileira, dos interesses econômicos brasileiros e da estratégia de segurança brasileira. Nesta mesma linha de pensamento, Bandeira (2006, p. 269) considera que o conceito de América do Sul foi o que sempre pautou, objetivamente, a política exterior do Brasil. Também não faz sentido pensar na unidade de América Latina, separada não apenas pelo canal do Panamá, mas dividida efetivamente por interesses e vínculos econômicos e fatores geopolíticos conflitantes (Idem, p.295).

Pagliari (2009, p.73) lembra que o Artigo Quarto da Constituição Federal de 1988 define que o “Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Porém, a adesão a uma agenda comum latino-americana que se estabeleceu nos anos 80 começa a perder efeito já no final da década. Dessa forma, esse destaque à “comunidade latino-americana” adotado pela Constituição de 1988, mostrou-se incerto – e talvez mesmo inviável – já naquele momento.

Com o fim da Guerra Fria os Estados Unidos lançam o projeto de construção de uma área de livre comércio das Américas, que primeiramente culmina com a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Para Pagliari (idem, p.73), a inclusão do México no acordo conecta, de maneira definitiva, este país com a América do Norte, pois atrela sua economia à dos Estados Unidos. A queda da União Soviética também aumentou as críticas sobre a validade e a capacidade de operação dos mecanismos de segurança hemisféricos cujos objetivos eram afastar o comunismo da região latino americana e evitar subversões internas (Pagliari, 2008, p.12).

Em 1994, na Cúpula de Miami, o presidente Bill Clinton propõe a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que seria uma continuação geográfica

do NAFTA. Neste momento, o Brasil estava fortalecendo sua influência na América do Sul através da integração via Mercosul. O governo Itamar Franco propôs a Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA), com os objetivos de atenuar o poder de atração da tentativa norte americana e de ampliar como núcleo duro da integração sul americana o Mercosul, o qual iniciou negociações com o Pacto Andino e, antes da desvalorização do real em 1999 e da crise econômica argentina, era um importante instrumento para obter barganhas contra o estabelecimento da ALCA.

Na área de segurança, o Brasil passou a atuar como promotor da estabilização das áreas conflituosas (mantendo sempre os princípios de soberania e não intervenção, autodeterminação dos povos e da solução pacífica de conflitos), vale destacar, a atuação de mediador do Brasil no caso do conflito entre Peru e Equador, em que o presidente Fernando Henrique Cardoso ressaltou a liderança brasileira, via diplomacia, para resolução de conflitos na região andina, reforçando que a distinção da América do Sul é “ser uma região de paz” (Vizentini, 2006, p.218). A participação brasileira foi fundamental na resolução do conflito, especialmente o empenho pessoal do presidente Cardoso. A Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE) é uma iniciativa regional no processo de paz, demonstrando a vontade política da região em construir uma área estável (Pagliari, 2009, p.79).

Em um momento de crise do Mercosul e de receio do empresariado brasileiro quanto às consequências da ALCA, o Brasil propôs a I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, durante os dias 31 de agosto de 1º de setembro de 2000, com o objetivo de avançar o processo de integração sul americana (Bandeira, 2001, p.278). Este fato surpreendeu alguns analistas, pois cada vez mais se questionava a própria sobrevivência do Mercosul. Entretanto, para Vizentini (2006, p.221), trata-se de um processo racionalmente explicável, à luz da crise brasileira e das crescentes dificuldades internacionais e regionais. Daí a retomada de um discurso diplomático autonomista (ainda que não confrontacionista) por parte do Brasil, que critica a globalização assimétrica.

A Cúpula de Brasília teve um caráter estratégico e avançou a possibilidade de integração, não apenas física, econômica e comercial, mas igualmente política, como o presidente Fernando Henrique Cardoso insinuou, ao dizer que era “o momento de reafirmação da identidade própria da América do Sul como região onde a democracia e a paz abrem a perspectiva de uma integração cada vez mais intensa entre países que convivem em um mesmo espaço de vizinhança” (Bandeira, 2006, p. 279).

Como continuidade da diplomacia brasileira, foi realizada em Guayaquil (Equador) a II Reunião de Presidentes da América do Sul, nos dias 26 e 27 de julho de 2002. Segundo Vizentini (2006, p.222), a reunião demonstrou a vontade política brasileira de avançar a cooperação econômica e política sul americana, apesar do quadro de crise do processo de integração do Mercosul, do colapso argentino e dos problemas políticos na maioria dos demais países da região. Na ocasião, foram assinadas duas declarações, uma referente à Integração, Segurança e Infra-estrutura para o Desenvolvimento, e a outra para o estabelecimento de uma Zona de Paz Sul-Americana.

Com a eleição do Presidente Lula, a América do Sul torna-se a prioridade da política externa brasileira, não apenas em questões econômicas, mas também na agenda de defesa, segurança e infra-estrutura física. Este fato é assim analisado por Vizentini (2006):

A eleição de Lula significou um aprofundamento da política externa que se esboçava já no final do governo FHC e uma nova dimensão para a política de segurança. A recuperação do Mercosul e a integração sul-americana passaram a ser a prioridade número um do novo governo, com iniciativas concretas, como a integração da infra-estrutura física da região. Paralelamente, articulava-se uma nova concepção diplomática, reforçando a noção de autonomia e soberania. Da mesma forma, as agendas de segurança e defesa ganharam maior atenção que nos governos anteriores (Vizentini, 2006, p.223).

É neste contexto que ocorre a III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cuzco (Peru), no dia 8 de dezembro de 2004. Foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), com a participação dos doze países da região, por meio da união do Mercosul, Comunidade Andina, além de Guiana, Suriname e Chile. Um dia depois, os presidentes fortaleceram a cooperação mediante a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana. A Declaração de Cuzco afirma que, com a CSN, os países estariam fortalecendo a identidade própria da região:

Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Dando continuidade a este processo de cooperação, é realizada a I Reunião de Chefes de Estado da CSN, em setembro de 2005, na cidade de Brasília. Na ocasião, são selecionados oito temas na agenda prioritária: diálogo político; integração física; meio ambiente; integração energética; os mecanismos financeiros sul-americanos; as assimetrias; a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social; e as telecomunicações. Também é aprovado um programa de ação.

É importante lembrar que a construção desta organização sul-americana faz parte de um processo, portanto, busca fortalecer a identidade da América do Sul em coordenação com outras experiências de articulação regional:

A Comunidade Sul-americana de Nações estabelecer-se-á com base na institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços, sem novos gastos financeiros, estabelecendo coordenação entre as Chancelarias, com o apoio dos organismos de integração existentes e aperfeiçoando seu funcionamento.

Desta forma, é solicitado à Secretaria-Geral da Comunidade Andina, à Secretaria Técnica do Mercosul, à Secretaria-Geral da ALADI, à Secretaria Permanente do SELA, à Secretaria Permanente da OTCA, à Secretaria do CARICOM e à CEPAL que prestem apoio à Secretaria Pro Tempore da CSN em assuntos de sua competência, com o objetivo de aproveitar as experiências positivas destes mecanismos de integração.

No dia 9 de dezembro de 2006, ocorre a II Reunião de Chefes de Estado da CSN, em Cochabamba (Bolívia). Os países decidem criar um espaço parlamentar sul-americano e aprofundar a integração energética. Também estabelecem que um dos objetivos da CSN será a cooperação em assuntos de defesa, através da promoção do intercâmbio de informações e de experiências em matéria de doutrinas, bem como de formação de pessoal entre os Ministérios de Defesa de seus países.

Apesar destes avanços no processo de construção de uma pacífica Comunidade de Nações, ainda persistem sérios desafios na agenda de segurança da região.

2. PROBLEMAS DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

Durante o século XIX, a América do Sul foi palco de diversos conflitos interestatais. A Guerra da Cisplatina (1825-28) resultou na independência do Uruguai; entre 1851 e 1876, houve intervenções brasileiras no Prata, culminando com a Guerra do Paraguai; Chile e Bolívia/Peru travaram guerras em 1837, 1879 e 1883.

Ao longo do século XX, houve redução na intensidade e na duração das guerras sul-americanas, embora tenham ocorrido prolongados e militarizados conflitos de fronteira, ameaças oriundas de potências externas, além de instabilidade políticas, guerras civis e governos autoritários (Pagliari, 2009, p.109). Os principais conflitos foram a Guerra do Chaco (1932-35) entre Bolívia e Paraguai, a Guerra de Letícia (1932) entre Peru e Colômbia, e as guerras entre Peru e Equador (1941, 1981 e 1995).

Neste início de século XXI, a quantidade de enfrentamentos interestatais e de guerras civis diminuiu significativamente. Para Fuentes (2008, p.14) um dos fatores que pode explicar este baixo número é a existência de mecanismos políticos e institucionais de prevenção de conflitos, como o Grupo de Contadora, a OEA e o Grupo do Rio. Estes organismos teriam gerado condições para o diálogo entre as partes e permitido a criação de acordos. Outro fator seria o processo de democratização da América do Sul, pois possibilitou e abertura de canais de comunicação entre os países, não apenas entre governos, mas também entre as sociedades civis.

2.1. Questões não resolvidas de demarcação fronteiriça

Entretanto, é visível a quantidade de reivindicações de zonas de fronteira e de transgressões ao princípio da soberania. Muitas vezes não há acidentes geográficos que possam facilitar a demarcação de limites, e os governos têm poucos recursos para estabelecerem instrumentos de controle. Assim, ocorre a persistência destas disputas territoriais na agenda dos governos, sem que haja ações concretas para eliminá-las, acarretando um círculo vicioso de desconfiança.

Segundo Fuentes (2008), três elementos emergem de forma simultânea na reprodução constante da desconfiança. O primeiro é que os avanços bilaterais

econômicos, comerciais, culturais e políticos acabam se subordinando ao tema das fronteiras. Se um país decide colocar como prioridade a demanda territorial, outras agendas tendem a paralisar a cooperação, ou pelo menos atenuá-la. Outro elemento é a utilização político-eleitoral dos temas de segurança tradicional por governos com baixo apoio popular ou por candidatos presidenciais, visto que unificaria a população em torno de uma só bandeira (“o nacional”). Por fim, a imprensa sensacionalista teria um papel de alimentar uma lógica de competição e rivalidade entre os países, fomentando visões radicais baseadas em estereótipos e preconceito:

Estes três elementos, que geralmente emergem de forma simultânea, contribuem para produzir um círculo vicioso de desconfiança. No âmbito político, privilegiam-se os assuntos que unem a nação, e adotam-se posições que condicionam e subordinam o resto dos temas. No aspecto social, fortalecem-se as percepções negativas sobre as positivas com respeito ao país rival (FUENTES, 2008, p.16).

Na América do Sul há casos em que esta desconfiança se transformou em um processo de crescente cooperação, como Argentina e Chile. Outros são estáveis, com avanços e retrocessos.

Um dos grandes desafios na agenda de cooperação na América do Sul é o instável relacionamento entre Chile e seus vizinhos do norte, Peru e Bolívia. Estas duas nações exigem mudanças nos limites fronteiriços assumidos a partir das guerras do Pacífico, e posteriormente consolidados como os Tratados Internacionais de fronteira (Bolívia-Chile em 1904; Peru-Chile em 1929).

A principal reivindicação boliviana é uma saída soberana para o oceano Pacífico a fim de terminar com sua mediterraneidade e recuperar sua qualidade marítima. O Chile oferece apoio e facilidades para que a Bolívia possa acessar o mar, mas sem concessão de soberania sobre o território. O Chile sustenta a irreversibilidade dos tratados, bem como a negativa de levar controvérsia a um tribunal multilateral ou com participação de terceiros, pois este assunto seria estritamente bilateral (Gutierrez, 2007, p.295).

A partir de 2004, verifica-se uma aproximação diplomática, através de um “diálogo sem exclusões, sem imposições”, resultando na Agenda de Treze Pontos, que inclui o tema marítimo, desenvolvimento de confiança mútua, integração física, complementação econômica, defesa e segurança, educação, entre outros.

Com a chegada de Evo Morales à presidência boliviana, houve uma série de medidas de *confidence-building* que incluem (Villa, 2008, p.47): 1) Destruição de minas terrestres que o Chile disseminou nos anos da ditadura de Pinochet ao longo da fronteira com a Bolívia, assim como o envio ao Chile de soldados bolivianos para serem treinados em atividades antiminas; 2) Intercâmbio de estudantes bolivianos em academias militares chilenas; 3) Mecanismos de consulta permanente e esforços de cooperação antidrogas. Em 2008, os Ministros da Defesa assinaram um memorando de entendimento sobre atividades acadêmicas, operações de paz e cooperação na área de defesa (Mayorga, 2009, p.35).

No entanto, para Milet (2009, p.80) este diálogo está claramente condicionado por fatores internos dos dois países. No caso boliviano, pela divisão existente entre suas diferentes regiões e os permanentes desafios dos setores opositores ao governo de Evo Morales, e no caso do Chile, pelo reduzido período presidencial de Bachelet (2006-2009) e porque não existe neste país um consenso real a respeito do tema da demanda boliviana.

Apesar destes avanços, a solução do problema é difícil, pois o Peru reivindica as províncias de Arica e Tarapaca, no norte do Chile, que foram perdidas nas guerras do Pacífico. Ademais, o tratado de 1929 afirma que o Peru tem que aceitar qualquer espécie de cessão territorial que o Chile faça a favor de terceiros.

As relações entre Peru e Chile agravaram-se depois que o primeiro apresentou, em janeiro de 2008, uma queixa na Corte Internacional de Justiça em Haia a respeito da fronteira marítima entre ambos, o que acarretou a suspensão das chamadas Reuniões 2 + 2, que envolviam os ministros de defesa e de relações exteriores. Santiago afirma que a fronteira marítima está claramente definida em tratados sobre pesca, mas Lima considera que as fronteiras não estão definidas e que não existe um tratado explícito de limites marítimos (Obando, 2009, p.136). O Peru também reclama das recentes aquisições de armamentos pelo Chile, pois teria gerado um desequilíbrio de poder militar na região.

Embora as relações estejam abaladas, Damian (2009, p.5) considera que a realidade econômica entre ambos países supera as potencialidades de um conflito, principalmente porque o Peru passou a ser o primeiro destino de investimentos chilenos a partir do primeiro semestre de 2008. Para os empresários chilenos, é indispensável o mercado peruano para poderem crescer, já que houve esgotamento do mercado interno (Obando, 2009, p.135).

No entanto, a tensão entre os dois países aumentou consideravelmente após a prisão de um oficial da força aérea peruana acusado de espionagem a serviço do Chile, o que é negado pelo governo de Santiago. Na ocasião, a presidente Bachelet lamentou o fato de não ter conseguido manter um bom relacionamento com o Peru da mesma forma que manteve com Argentina e Bolívia.

Outra questão fronteiriça que não foi resolvida é em torno da Região do Rio Essequibo, entre Venezuela e Guiana. Em 2002, a possibilidade de instalação de uma base americana de lançamento de foguetes no território demandado por Caracas acarretou uma onda de artigos em jornais venezuelanos, enfatizando a legitimidade da reivindicação e argumentando que a presença de americanos na região contrariava os anseios patrióticos e direitos históricos venezuelanos (Silva, 2006, p.9). Quando começaram as aquisições militares da Venezuela, havia o temor de que ocorresse alguma ação em torno do litígio. Entretanto, Villa (2008, p.41) considera que as relações bilaterais vivem seu melhor momento em muitas décadas e recentemente o governo venezuelano perdoou uma dívida de \$ 125 milhões à Guiana, no que foi considerado um sinal de que a Venezuela estaria abrindo mão de sua histórica reivindicação territorial.

2.2. Armamentismo na América do Sul

Além destas eventuais disputas por territórios fronteiriços, o crescimento dos gastos militares dos últimos anos está despertando preocupação em alguns setores políticos e sociais. Em setembro de 2006, o presidente da Costa Rica, Oscar Arias Sanches, em reação à compra de armas por Chile, Venezuela e outros países, declarou que a região estaria entrando numa corrida armamentista. Algumas análises também admitem a existência de uma corrida armamentista na região, como Malamud e Garcia (2006): “a famosa corrida armamentista na América do Sul, liderada pela Venezuela, não é mais só discurso”; e também Fleitas (2008):

A esse respeito, cabe destacar que efetivamente há indícios de uma corrida armamentista na região, tais como o aumento dos gastos militares e das compras de armamentos, ou certa percepção das aquisições dos países vizinhos como ameaçadoras. Além disso, essas percepções se encontram vinculadas à sobrevivência

de velhas disputas na região e ao surgimento de novos focos de tensão. Ao mesmo tempo, esse aumento de gastos e compras militares, embora em alguns casos possa ser razoável, implica o risco de agravar conflitos ou de esbanjar recursos em uma região em vias de desenvolvimento e com altos níveis de pobreza (FLEITAS, 2008, p.37).

Por outro lado, há análises, como a de Bertonha (2007, p.29) que menosprezam as recentes aquisições com argumentos de que “algumas poucas dezenas de F16 ou dois submarinos, substituindo material obsoleto, não farão do Chile uma potência militar realmente dominante” e “a Venezuela é um outro exemplo de que a aparência nem sempre corresponde à realidade. As suas compras efetivas são basicamente, fora alguns caças e aviões de transporte, de fuzis e outros equipamentos leves”.

No nosso entendimento, estas análises são superficiais, e este tema merece um pouco mais de cuidado. Assim, iniciaremos a próxima seção comparando os gastos militares da América do Sul nos anos recentes com os de outros períodos, e resumidamente descrevendo as principais aquisições. Em seguida, analisaremos as motivações dos principais países. Por último, faremos algumas conclusões sobre o tema.

2.2.1. Dinâmica das Compras de Armamentos

A América Latina é a área do mundo que apresenta os menores gastos militares, sempre abaixo da média mundial, conforme demonstram as estatísticas: enquanto os valores em termos mundiais em 1990 era de 3,3% do PIB, o da América Latina era de 1,4%; em 1996, 2,1% contra 1,1%; em 2002, 2,6% contra 1,6% da América Latina. Os investimentos da região têm representado aproximadamente 3% em relação ao mundial (Pagliari, 2009, p.114). Apesar desta pouca relevância em termos globais, o importante para analisar a existência de uma suposta corrida armamentista é comparar os valores recentes com o de períodos anteriores.

Os gastos militares sul-americanos cresceram 47% entre os períodos 1998-2002 e 2003-2007. Para Villa (2008), uma das causas para explicar tal fato é o forte crescimento econômico da região, principalmente no triênio 2004-2006 (aproximadamente 5,3%); também o dólar enfraquecido é um dos fatores, pois estimula a importação de bens.

Outra causa é a necessidade de capitalização de obsoleto estoque militar, visto que a maior parte data dos anos 50 e 60. Entretanto, este não parece ser o caso de Chile e Venezuela, como foi recentemente analisado por Dullius (2008):

No caso de Chile e Venezuela, essa modernização é uma ampliação significativa das capacidades combatentes existentes e não uma mera reposição de material obsoleto. Essa ampliação altera, portanto, a correlação de forças e as percepções de ameaça no continente (DULLIUS, 2008, p.10).

O gasto militar venezuelano foi de \$ 2,67 bilhões em 2007, 78% a mais em relação a 2003. O país passou de 56º no ranking de compradores de armas no período 1998-2002 a 24º em 2003-2007, sendo que 92% do fornecimento é de origem russa (SIPRI, 2008, p.306). Desde a visita de Chaves a Moscou, em novembro de 2004, foram adquiridos 100 mil fuzis AK-103 e AK-104, 40 helicópteros de transporte MI-17, 3 helicópteros de transporte MI-26, 10 helicópteros de combate MI-35 e 24 caças Sukhoi-30 MK. Possivelmente haverá nos próximos anos a compra de submarinos e outros aviões.

A Venezuela (5%) já representa o terceiro mercado das exportações da Rússia, perdendo apenas para China (45%) e Índia (22%), e a principal causa deste crescente comércio é o embargo imposto pelo Departamento de Estado do Governo norte americano em 2006 impedindo a Venezuela de importar bens e serviços de defesa. No mesmo ano, a Venezuela foi certificada pelo governo dos Estados Unidos, através da Section 40 of the Arms and Control Act (AECA) como um país “não totalmente cooperativo” na luta contra o terrorismo. A AECA foi renovada em 2007 e 2008; por esse mecanismo, a Venezuela está impedida de receber qualquer assistência, venda ou financiamento militar dos Estados Unidos (Villa, 2008, p.8). A pressão americana sobre países produtores de armamentos, também tem induzido o mercado venezuelano à oferta russa. Brasil e Espanha fecharam acordos de aquisição militar com a Venezuela, mas foram bloqueados porque os itens possuíam tecnologia norte-americana.

Assim, por causa do embargo americano, a Venezuela vem promovendo uma parceria estratégica com os russos. Em setembro de 2008, dois bombardeiros supersônicos russos Tu-160 pousaram na Venezuela para a realização de exercícios militares em águas internacionais (os primeiros de um país latino-americano com a

Rússia desde o fim da Guerra Fria), embora o Ministério da Defesa russo afirmasse que, depois de realizado o treino, estes aviões regressariam às suas bases (idem, p.9).

O crescimento dos gastos militares foi possível graças ao elevado preço do petróleo nos últimos anos, e à chamada “Ley Paraguas”. Segundo Dullius (2008, p.26), esta lei possibilita a aquisição sem os procedimentos orçamentários normais e dificulta a mensuração do valor gasto pelo governo. As compras são financiadas por linhas de crédito obtidas no país de origem do equipamento.

No caso do Chile, o país ocupava a 36^a posição no ranking mundial de compradores de armamentos no período 1998-2002, e subiu para a 12^a no intervalo 2003-2007. Villa (2008, p.11) destaca que este novo patamar foi possível graças ao bom desempenho da economia chilena nos últimos anos; o PIB cresceu a uma taxa média anual de 6,2% entre 2004 e 2007. Outra fonte de recursos é a “Ley Reservada del Cobre”, que destina 10% das exportações do minério para despesas militares e compras de armamentos. Como o país é o principal exportador mundial de cobre e os preços da commodity se elevaram nos últimos anos, foram repassados cerca de \$ 10 bilhões durante o governo Bachelet (2006-2009), e somados a \$ 3 bilhões do período 1995-2005, totalizam um valor sem precedentes na história do país (Dullius, 2008, p.33).

Assim, foi possível a compra de 10 aviões de combate F-16C novos e 20 F-16Am de segunda mão, todos de fabricação americana; tem investido muito também em sua marinha - recebeu dois novos submarinos franco-espanhóis da classe Scorpene; além disso, recebeu duas fragatas vindas da Holanda; assinou, ainda, contrato com a Alemanha para receber 136 tanques Leopard-2 de segunda mão. No ramo dos mísseis, também se moderniza, pois estão sendo adquiridos alguns americanos e israelenses, além de bombas inteligentes de diversos calibres. Esta preferência por fornecedores ocidentais pode levar o Chile a obter o status militar standard de país OTAN (SIPRI, 2008, p.305).

Em relação à Colômbia, há indícios de que as recentes aquisições por parte de Hugo Chavez estejam causando apreensão em alguns setores políticos e sociais, o que pode levar Bogotá a aumentar seus gastos militares. Segundo Villa (2008, p.13), o país anunciou, para os próximos anos, um impressionante plano de modernização de suas forças armadas, nas quais pretende gastar mais de \$ 28 bilhões, dando prioridade ao upgrade de seus aviões de combate Mirage e Kfir, assim como à compra de novos e modernos aviões de combate e helicópteros e veículos blindados. Isso inclui, também, um aumento do efetivo de suas forças militares e policiais, hoje estimado em 36 mil

pessoas. Assim, em 2007, com o argumento da luta antiinsurgente e contra o narcotráfico, a Colômbia anunciou uma elevação do orçamento militar em \$ 3,37 bilhões para 2008, o maior incremento em mais de 30 anos.

Os principais fornecedores de armas no período 2003-2007 foram Estados Unidos (39%), Espanha (26%) e Brasil (17%). Além do orçamento militar, os gastos são financiados por uma taxa de guerra de municípios e províncias (cerca de \$ 400 milhões ao ano), e também por ajuda dos Estados Unidos, através de iniciativas como o Plano Colômbia e a Estratégia Andina Antidrogas (idem, p.14).

Por causa de seu extenso território e de sua complexa economia, o Brasil possui os maiores gastos militares em termos absolutos da América Latina, com cerca de 46% do total (SIPRI, 2008, p.200). Por outro lado, o país estava na 21ª colocação no ranking de importadores de armamentos no período 1998-2002, e caiu para 32ª nos anos 2003-2007. Isto se deve ao fato de que aproximadamente 75% dos gastos militares brasileiros é destinado para o pagamento de pessoal (incluindo aposentadoria e pensões militares), e apenas 4% serve para investimentos e compra de armamentos. Assim, apesar de os gastos militares terem sido de \$ 70 bilhões no intervalo 2003-2007, apenas \$ 818 milhões foram utilizados para investimento em novas aquisições e upgrade de armamento (Villa, 2008, p.17).

Apesar de alguns problemas de falta de recursos, o Brasil está aumentando e modernizando a capacidade de seus meios blindados e antitanque, com a incorporação de mais de 60 tanques Leopard I, 91 M-60 Patton, além de tanques ligeiros e um recuperador de tanques. Em relação à força naval, o Brasil adquiriu dois radares de vigilância costeira, veículos anfíbios, fragatas, submarinos de maior porte (fabricados no Brasil com licença alemã). Investiu na aquisição de aviões, 12 caças Mirage 2000C franceses, 7 C-295M da Espanha, 12 Kfir C7, 8 P-3A Orion, Super Tucano EMB-314; na modernização de sua frota de F-5E, além da compra de aeronaves para transporte como Cessna 208 e C-130H Hércules (Pagliari, 2009, p.120). Cerca de 64% destas aquisições têm origem nos países da União Européia, 17% são dos Estados Unidos e 7% do Canadá (SIPRI, 2008, p.308).

Vale destacar a tendência de aumentarem os gastos brasileiros em compras de armamentos, pois foi anunciada a retomada do programa de construção do submarino nuclear, além da compra de 4 submarinos convencionais e 50 helicópteros EC-725 e 36 modernos aviões de combate.

2.2.2 Motivações

O motivo que os governos sul americanos apresentam para este crescimento é a defasagem do equipamento militar e a necessidade de modernização, mas é possível verificar outras causas, dependendo do país.

O governo venezuelano afirma que está se preparando para travar uma “guerra assimétrica” contra uma suposta invasão norte americana. Como aponta Jácome (2007):

Desde meados de 2005, o perigo de uma intervenção militar por parte dos Estados Unidos foi anunciado pelo governo como a principal ameaça à segurança do país. Associado a ela, a Colômbia também é percebida como uma ameaça, pois se diz que os Estados Unidos poderiam utilizar o Plano Patriota – Andino para desestabilizar o país e eventualmente propiciar uma invasão da Venezuela a partir do país vizinho. [...] mais recentemente diz-se que, em vez de uma intervenção direta, os Estados Unidos poderiam efetuar uma ação “cirúrgica” tipo Panamá, ou ajudar a planejar um magnicídio. Essas ameaças serviram de justificativa para o chamado “reequipamento” da Força Armada Nacional e para a ampliação da reserva e da guarda territorial (Jácome, 2007, p.129).

Villa (2008, p. 31) considera que outra razão é a atuação política destacada de militares em empresas, ministérios e autarquias estatais da Venezuela, que acabam exercendo um forte lobby em favor das Forças Armadas. Como a situação interna do país é de extrema politização, o melhor para o presidente Chavez é não perder o apoio do setor militar, uma de suas bases de sustentação. Ademais, Villa afirma que o projeto de Chavez para melhorar a posição política regional é outra justificativa do aumento das aquisições militares do país, uma vez que a aliança com a Rússia contrabalançaria a influência estadunidense na região sul-americana. A projeção do poder venezuelano também se sustenta na formação da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas).

Esta busca por melhor posição política regional teria, segundo algumas análises, levado o Brasil a ampliar suas compras de armamentos, embora isto seja negado pelo governo. As principais razões para a modernização das Forças Armadas brasileiras são tanto defender com mais ênfase a floresta amazônica e a chamada “Amazônia Azul”, quanto ampliar a condição de ator político global, como será analisado no próximo capítulo.

Embora a retórica do presente Chavez seja pouco amistosa, as aquisições colombianas são norteadas pelo seu conflito interno nas lutas antinarcóticos e antiinsurgência. Segundo Villa (idem, p.34), a estrutura do exército colombiano se volta basicamente para o chamado “conflito de baixa intensidade (low intensity conflict)” com o uso de armas leves e o emprego maciço de tropas aerotransportadas.

A luta contra grupos internos também é motivo para o reaparelhamento militar do Peru, principalmente a partir do ressurgimento do grupo Sendero Luminoso. A Estratégia Nacional de Luta contra as Drogas não está surtindo o efeito desejado, visto que houve crescimento na produção de cocaína nos últimos anos. Ademais, Obando (2009, p.136) assinala que o número de emboscadas terroristas contra a polícia e o exército aumenta desde 2001, acarretando mais de 60 mortes, a maioria policiais.

Como anteriormente foi visto, o Peru ainda tem pendências limítrofes com o Chile, e a robusta aquisição de armamentos deste tem alimentado preocupações em alguns setores sociais e políticos peruanos. Entretanto, o Chile parece ter outros motivos.

As Forças Armadas ainda exercem forte influência no setor político do Chile e, desta forma, as compras de armamentos seriam para satisfazer a classe militar dentro do pacto de governabilidade na democracia do país. Villa (2008, p.25) destaca as palavras de um analista do SIPRI, “Não há motivos para tal comportamento [possibilidades de conflitos de fronteiras], assim que em grande parte se pode atribuir o ritmo dos investimentos ao esforço de agradar os militares, em outras palavras ‘buying toys for the boys’ (‘comprar brinquedos para os rapazes’)”. A motivação regional também parece importante, pois garante ao país uma política de dissuasão efetiva contra algum ato hostil de seus vizinhos do norte (principalmente Peru) e uma crescente projeção de poder, mas sem a intenção de efetuar algum ataque militar.

2.2.3 Há uma Corrida Armamentista na América do Sul?

Quase todas as análises que afirmam existir uma corrida armamentista na região não conseguem definir exatamente o que é uma corrida armamentista. Já para Villa (2008), esta é, em termos clássicos, um processo que apresenta três fases relativamente bem definidas: 1) um país ou grupo de países busca melhorar suas capacidades militares

ofensivas ou defensivas, comprando ou produzindo armamentos, com o objetivo protegerem-se, ou, eventualmente, atacar; 2) ao mesmo tempo, um país ou grupo de países sentem-se ameaçados pelo aumento do poder militar do outro, e passa a investir também em armamentos defensivos ou ofensivos; 3) assim, surge um resultado quase inevitável: a aparição de um círculo vicioso, cada parte reage tentando (re)equilibrar militarmente qualquer movimento do outro em função da desconfiança mútua, gerando-se, assim, a corrida armamentista. Perpassando essas três condições, deve existir uma causa profunda, geralmente de natureza histórica ou ideológica, que faça supor a um Estado ou grupo de Estados que cada incremento militar do outro é uma ameaça iminente para a segurança nacional, portanto à sobrevivência do Estado e da nação como unidades políticas e culturais.

Estas condições não estão presentes na América do Sul e, portanto, não parece haver na região uma corrida armamentista em termos clássicos. As aquisições têm sido primariamente motivadas pelos esforços em substituir ou atualizar (upgrade) capacidades militares com o objetivo de manter as capacidades existentes; responder às principais ameaças à segurança doméstica; reforçar vínculos com governos fornecedores; dinamizar a indústria militar doméstica; participar em missões de paz; ou melhorar o perfil internacional ou regional do país (SIPRI, 2008, p.305).

As argumentações de que há uma corrida armamentista geralmente se baseiam no “fator Chavez”. O discurso radical do presidente venezuelano em relação aos Estados Unidos, as iniciativas agressivas para melhorar a posição política de seu país regionalmente, as alianças com Irã e Rússia, a origem militar e de esquerda populista de Chavez e a postura intervencionista em processos eleitorais de países latino-americanos acarretam uma visão negativa da imprensa e de alguns setores políticos da América do Sul. Assim, a ideia é de que Chavez levaria a revolução bolivariana a outros países da região com o uso de sua máquina de guerra, não respeitando governos contrários à sua ideologia. Entretanto, parece mais correto dizer que o seu reaparelhamento militar tem mais motivações internas do que externas, como foi anteriormente visto.

Até pelo menos 2006, a suspeita de corrida armamentista era dirigida ao Chile e ao Peru, principalmente para alguns setores da imprensa peruana. O Chile se beneficiou do alto preço do cobre para não apenas substituir equipamentos defasados, mas também para melhorar a qualidade de suas forças armadas, agradando alguns setores políticos.

Além de fatores internos, é inegável que o reaparelhamento militar de Venezuela e Chile também têm implicações externas. Por motivos diferentes, os dois procuram

melhorar suas posições políticas frente a outros países da região, mas sem caracterizar uma corrida armamentista. Por outro lado, a compra de alguns aviões de combate e tanques não é insignificante e desprezível, pois podem contribuir para gerar tensões nas relações entre os países sul-americanos e, conseqüentemente, impedir avanços para a cooperação regional.

3. POLÍTICAS DE DEFESA DO BRASIL

Devido às mudanças no sistema internacional, por causa do fim da Guerra Fria, o Brasil aderiu à nova agenda globalizante e aos Regimes Internacionais nos anos 90. Para Cervo (2008, p.142-143), a ilusão kantiana de segurança multilateralizada, distante do realismo político e do unilateralismo norte-americano, permeava a visão brasileira de segurança até o início do segundo mandato de FHC e provocou dois efeitos: a adesão do Brasil a todos os atos de desarmamento exigidos pelas grandes potências e o início do desmonte ao estilo argentino, da segurança nacional. Rompeu-se com a doutrina que fez da segurança variável dependente do desenvolvimento em voga desde a década de 1970 e criou-se o vazio político do lado nacional.

Como as relações com a Argentina estavam avançando, o governo Collor procurou mostrar que não tinha motivações belicosas em suas atitudes e desativou o programa nuclear de Iperó, sob responsabilidade da Marinha, e fechou o campo de experiências do Exército na Serra do Cachimbo (Miyamoto, 2000, p.464).

No âmbito econômico, o país procedeu a uma abertura unilateral de seu mercado interno, liberalização financeira, privatizações e desnacionalizações de empresas públicas de setores importantes, no contexto do Consenso de Washington.

No plano político-militar, o Brasil aderiu a diversos tratados internacionais para o controle de armamentos, desarmamento e não-proliferação nuclear. Em 1993, aderiu à Convenção para a Proibição de Armas Químicas; em 1994, tornou-se membro do Tratado de Tlatelolco; em 1995, aderiu ao Regime de Controle e Tecnologia de Mísseis (MTCR); em 1996, ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG); em 1997, ratificou a Convenção sobre Proibição de Armas Químicas e assinou a Convenção sobre Proscrição de Minas Anti-Pessoal; em 1998, assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Tratado de Proscrição de Testes Nucleares (CTBT).

3.1. Políticas de Defesa Nacional e criação do Ministério da Defesa

Em relação às Políticas de Defesa, o Brasil abandonou a ideia de planejamento estratégico depois da redemocratização, muito por vinculá-lo à Doutrina de Segurança

Nacional aplicada nas décadas anteriores. Assim, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte (1987-1988), as lideranças emergentes não queriam tocar em nada que pudesse vinculá-las ao regime anterior.

No governo FHC, ocorreu uma baixa prioridade às questões de defesa. De acordo com Alsina (2003, p.9), isto se deveu à crise fiscal do Estado, à ausência de percepções de ameaça externa clássica (guerra entre Estados), à prioridade atribuída aos programas sociais, à falta de conhecimento sobre a instrumentalidade do poder militar e o desinteresse dos políticos por assuntos castrenses. O autor afirma também:

A baixa prioridade atribuída ao setor se viu reforçada, igualmente, pela percepção dominante no seio dos formuladores da política externa brasileira. À tradição de cautela, jurisdicismo e não-intervencionismo da diplomacia local, somou-se a noção de que as relações de força no plano internacional seriam cada vez mais limitadas em consequência, basicamente, da convergência de valores, da expansão do comércio e da crescente dificuldade de legitimação do recurso à guerra junto à opinião pública mundial (ALSINA, 2003, p.9).

Apesar da baixa prioridade, foi aprovada em 1996 a Política de Defesa Nacional(PDN) com o objetivo de elaborar diretrizes para o emprego e planejamento das forças armadas, entretanto a questão central da PDN acabou sendo finalizar a democratização por meio de uma supervisão civil direta dos militares (Silva, 2008, p.320). De certa forma, a elaboração e divulgação do documento foi um avanço pelo fato de oferecer um debate público sobre o papel das forças armadas, mas poderia ter sido intelectualmente mais estimulante (Herz, 2002, p.289), e peca por vago e pouco específico.

A política de defesa nacional de 1996 serviu como uma tentativa, não completamente bem-sucedida, de homogeneização de entendimento sobre os rumos da defesa do governo. O documento sobre Política de Defesa Nacional, para emprestar o termo utilizado pelo Ministério das Relações Exteriores, reafirmou compromissos externos e limites constitucionais, distando considerações e alternativas sem, no entanto, estabelecer qualquer prioridade ou operacionalidade entre elas (BRIGAGÃO, 2002, p.69).

O lançamento da PDN foi fundamental para a criação do Ministério da Defesa em 1999. O Estado Maior das Forças Armadas foi extinto e os Ministérios da Marinha,

do Exército e da Aeronáutica transformados em Comandos, sendo parte importante do processo de consolidação da democracia e efetivação do controle civil sobre as forças militares. Conseqüentemente, o Presidente teria um ministro de sua confiança, que seria o interlocutor com o legislativo e com a sociedade, bem como o responsável pela negociação de recursos junto ao Congresso e à área econômica do governo (Pagliari, 2009, p.206). Entretanto, o que se percebe é que o debate nacional de defesa ficou reduzido por quase uma década ao “problema salarial dos militares” (Costa, 2005, p.289) e houve sucateamento dos sistemas de armas e das capacidades operacionais (Silva, 2008, p.321).

Em julho de 2005, o governo Lula aprovou uma nova Política de Defesa Nacional, pois a anterior necessitava de revisão. Destacam-se no novo documento: 1) a inclusão da observação de que a política de defesa nacional encontra-se em consonância com a política externa brasileira; 2) a definição de defesa nacional como “o conjunto de medidas e ações do estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”; 3) o reconhecimento da necessidade de desenvolvimento da indústria bélica em decorrência dos entraves existentes à paz mundial; 4) o reconhecimento de que a vertente preventiva da defesa reside na diplomacia com o recurso primeiro de resolução de conflitos e na capacidade dissuasória do poder militar.

O documento reitera também o compromisso com a integração na América do Sul, inclusive na área de defesa e segurança regionais, como primordial para a estabilidade da região. Em relação às questões tradicionais de resguardo do território e preservação dos recursos naturais do país, destaca as prioridades à Amazônia e ao Atlântico Sul, sobretudo, pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima (Pagliari, 2009, p.207).

A II PDN ressalta que, embora a América do Sul esteja distante dos focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, sendo, assim, considerada uma região relativamente pacífica, bem como tenha construído processos de consolidação da democracia, de integração regional para que aumente a confiabilidade regional, e ainda que o Brasil, desde a muito, não participa de conflitos que afetam o território nacional, não se pode considerar que o país está inteiramente livre de riscos. Em face de existirem na região zonas de instabilidade e ilícitos transnacionais, o Brasil não pode descuidar da Defesa do Estado, que deve ser vista com prioridade, a fim de resguardar os interesses nacionais, a soberania e a independência (Idem, p.206-207).

A II PDN tornou-se importante porque foi o primeiro documento de defesa nacional após a criação do Ministério da Defesa. Entretanto, para Pagliari (2009), as orientações estratégicas para as Forças Armadas não foram significativamente alteradas, as possibilidades de emprego não foram definidas, dificultando avaliar se os meios militares existentes são efetivamente adequados para enfrentar as preocupações brasileiras, bem como quais são os custos necessários para sua modernização.

Esta modernização é mais do que necessária para conformar uma capacidade dissuasória eficaz, contrabalançando tanto a presença hegemônica dos Estados Unidos, quando a ampliação do poder militar de alguns vizinhos. A crise econômica dos anos 80 e a política neoliberal dos anos 90 levaram ao sucateamento de boa parte do arsenal brasileiro, sendo que alguns aviões, submarinos e helicópteros foram desativados recentemente por não estarem em condição de uso.

3.2. Uma Política Estratégica de Longo Prazo

Em dezembro de 2008, foi apresentada ao presidente Lula a Estratégia Nacional de Defesa (END), elaborada pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim e pelo ex-secretário de Assuntos Estratégicos Mangabeira Unger, com a participação dos Comandantes das Forças Armadas. Segundo a Diretriz de Planejamento do Exército, a END veio a preencher lacuna persistente entre a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Política Militar de Defesa (PMD), compondo com elas o nível mais elevado dos documentos da Defesa Nacional.

O objetivo central da Estratégia é modernizar a estrutura nacional de defesa, com foco em ações de médio (2015 a 2022) e longo prazo (2023 a 2030), atuando em três eixos estruturantes (END, p.5):

- Reorganização das Forças Armadas
- Reestruturação da indústria brasileira de material de defesa
- Política de composição dos efetivos das Forças Armadas

Há de se destacar que o planejamento de longo prazo no setor de defesa é algo raro no Brasil. Para Pagliari (2009):

O mérito da estratégia está especialmente no fato de que a construção de um planejamento de defesa para um período tão dilatado não é tradição no Brasil, por isso a construção desta política pública de longo prazo é um avanço em relação ao tratamento das questões de segurança no Brasil. (PAGLIARI, 2009, p.209)

A Estratégia Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento devem andar juntas, pois uma reforça as razões da outra:

Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento (END, p.8).

A idéia consubstanciada no princípio de independência nacional permeia o documento. Conforme o mesmo, um projeto forte de defesa favorece um projeto forte de desenvolvimento, e este será robusto se estiver guiado pelo princípio da independência nacional a ser efetivada por meio do investimento de recursos físicos, econômicos e humanos no potencial produtivo do país, da capacitação tecnológica autônoma (Pagliari, 2009, p.209-210).

O documento afirma que desenvolvimento e defesa deverão estimular os setores estratégicos, através de parcerias com outros países buscando assegurar um espectro abrangente de capacitações e de tecnologias sob domínio nacional. No setor espacial, a prioridade é projetar e fabricar satélites e veículos lançadores, além de desenvolver tecnologias de comunicação, comando, controle e coordenação geográfica a partir de satélites. O setor cibernético deve priorizar as tecnologias de comunicação e de capacitação para que as Forças Armadas atuem em rede, mas sem se descuidar do uso para fins industriais e educativos. O setor nuclear deverá priorizar o programa do submarino de propulsão nuclear e acelerar o mapeamento, prospecção e aproveitamento das jazidas de urânio. O Brasil respeita o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, mas não aderirá a protocolos adicionais que possam restringir a difusão do uso da energia nuclear em diversas atividades, como agricultura, saúde e indústria.

De grande importância será a reorganização da indústria nacional de material de defesa, através de um regime especial de regulação e tributação, a fim de aumentar sua competitividade perante equipamentos e armamentos estrangeiros. Será estimulada a formação de um complexo militar-universitário-empresário com o objetivo de desenvolver tecnologia de utilidade dual - civil e militar (END, p.37).

A integração com a América do Sul será estimulada, através do Conselho de Defesa Sul Americano, com o objetivo de prevenir conflitos e de fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa (idem, p.17). Porém, extremamente crítico à END, o ex-diplomata Paulo Roberto de Almeida considera que este processo de integração sul americana, sem a presença do “grande irmão hemisférico” (Almeida, 2009, p.3), seria apenas para viabilizar economias de escala para a indústria de defesa brasileira. Também critica a base de sustentação do governo Lula e o chamado “anti-imperialismo” da esquerda:

Esse isolamento dos EUA – como se tal fosse possível – parece resultar de dois elementos combinados, a partir de dois vetores completamente diferentes: por um lado, a tradicional necessidade militar de definir ameaças credíveis – e não se concebe qualquer outra ameaça na região, depois da normalização das relações com a Argentina – agora parcialmente coberta pela figura da “potência superior”; por outro lado – o anti-imperialismo infantil, e completamente démodé, de setores políticos da base de sustentação do governo e da esquerda acadêmica esclerosada.(ALMEIDA, 2009,p.3)

A END afirma que haverá o reposicionamento das três forças armadas, na área do pré-sal, mas também enfatizando o território amazônico, apontado como a principal área na qual pode ser travada uma guerra assimétrica, por isso ali, mais do que em qualquer outro lugar, precisa-se desenvolver a capacidade logística para que se fortaleça a mobilidade das forças (Pagliari, 2009, p.214). É claro ao dizer que a soberania sobre a área da floresta brasileira é do Brasil:

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia Brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou

econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia Brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil (END, p.14).

Entretanto, na opinião de Almeida (2009), este reposicionamento é um erro, pois não seria a Amazônia a principal preocupação em termos de segurança para o Brasil:

A END pretende dar prioridade a duas Amazôniaas, a verde e a azul, como se os principais problemas da defesa, da segurança ou da estratégia dissuasória do Brasil estivessem concentrados nessas duas regiões. [...] Não se considera, por exemplo, que os centros nevrálgicos da economia e das decisões nacionais se encontram distribuídos em uma faixa litorânea de 200 km ao longo da costa atlântica, ou que nossas fragilidades são bem mais internas do que externas (ALMEIDA, 2009).

Importante para o processo democrático brasileiro é a subordinação das Forças Armadas ao poder político constitucional. O documento diz que as iniciativas destinadas a formar quadros de especialistas civis em defesa permitirão, no futuro, aumentar a presença de civis em postos dirigentes no Ministério da Defesa. As disposições legais em contrário serão revogadas.

Este ponto da END foi criticado por alguns membros do exército. Na visão do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, é um grave engano deixar a política de compras de produtos de defesa a cargo de um civil. Ele considerou um erro o afastamento das Forças Armadas do núcleo decisório do Estado, pois teria agravado a vulnerabilidade da Amazônia (Paiva, 2009).

Um ponto que levanta dúvidas é que não está contemplado na END a questão dos recursos necessários para a real implementação das metas traçadas. Com a atual quantidade de recursos destinados à Defesa, ficará difícil colocar em prática esta política de longo prazo. Para Moraes (2009):

Com certeza, a Estratégia Nacional de Defesa, para alcançar seus objetivos, dependerá de um aporte de recursos muito além do que o Orçamento Anual poderá proporcionar. Sendo assim, com um planejamento econômico e financeiro a médio e longo prazos, com uma política de governo consciente e saudável, com visão de futuro e com o apoio da sociedade brasileira, a Defesa do País proporcionará o lugar de destaque que a Nação merece, isto é, junto às grandes potências mundiais (MORAES, 2009, p.9-10).

Em geral, a END foi bem recebida por especialistas da área de defesa e segurança, pois é um documento afirmativo e audaz que traduz o projeto de construção de um país dotado de novo papel nos planos regional e mundial (Oliveira, 2009, p.23), e para Bastos (2009, p.1), “um ambicioso plano [...] que irá inserir o país num patamar de grande importância no contexto regional, além é claro de melhorar em muito no internacional”. Para Pagliari (2009, p.212), o fato de o Brasil ter elaborado um documento norteador de estratégias para a defesa nacional no médio e longo prazo, é extremamente relevante e permite que se amplie a discussão com a sociedade sobre as questões de defesa e segurança no Brasil. Mas, não basta propor as estratégias é necessário que estas tenham as condições necessárias para serem cumpridas. Assim, é importante que haja um debate mais intensificado sobre defesa na sociedade civil, o que contribuirá para que o Poder Legislativo destine mais recursos à área.

4. UNASUL E O CONSELHO DE DEFESA

Como foi visto no capítulo I, o Brasil vem ampliando a cooperação com os países da América do Sul a partir de organizações regionais. Inicialmente, o processo acarretou a integração na região platina através do Mercosul, e mais recentemente, devido ao fortalecimento da OTCA, com os países amazônicos. Esta aproximação com os governos vizinhos serviu para moldar a área de influência brasileira e proporcionou uma potencial zona de paz sul-americana.

Segundo Vaz (2006, p.68), o Brasil não identifica fontes imediatas de ameaça na região, provenientes de ações ou políticas dos governos regionais, permitindo assim, buscar a construção de arranjos cooperativos. Entretanto, existe a preocupação com processos internos que possam colocar em risco a estabilidade regional, como situações políticas e sócio-econômicas de crise de governabilidade nos países andinos e também a questão dos ilícitos transnacionais que envolvem o conjunto da América do Sul. Ademais, existe a preocupação no Brasil com suas próprias vulnerabilidades ante as externalidades no campo da segurança de processos políticos, econômicos e sociais. Desta forma, a estabilidade regional serve para proteger os seus interesses de segurança.

Nos anos 90, o Brasil buscou construir arranjos cooperativos com toda a América do Sul, mas foi a partir do governo Lula que esta política se tornou mais assertiva. A identidade sul-americana se fortaleceu com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (em 2007 passou a se chamar Unasul), conformando a região como um bloco unificado, com investimentos na integração energética e física, nas comunicações, na concertação política e diplomática e na área de livre comércio sul-americano (Pagliari, 2009, p.230).

O processo de integração está se desenvolvendo rapidamente no governo Lula, mas em seu primeiro mandato (2003-2006) houve certa resistência em instituir uma estrutura de defesa e segurança para o conjunto da América do Sul. O então Ministro da Defesa José Viegas, em 2004, afirmou:

Creio que é importante ressaltar que me parece correta nossa opção, nos últimos 15 anos, por enfatizar, no Mercosul, a dimensão comercial da integração. Na minha avaliação, o desenvolvimento de estruturas mais rígidas de integração político-militar seria uma espécie de teto da construção, correspondendo a uma etapa posterior do

processo. No estado atual, devemos dar continuidade, na área da defesa, à linha de estabelecimento de vínculos específicos. Devemos, por exemplo, manter nossos exercícios combinados. Devemos aprofundar, na medida do possível, a coordenação de posições. Mas não é o momento, todavia, de pensar em uma reprodução, no plano político-militar, das estruturas jurídico-diplomáticas com que já contamos no plano comercial (VIEGAS, 2004).

O Brasil estabeleceu Grupos de Trabalho Bilaterais em matéria de defesa com a Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Uruguai na busca de um diálogo mais denso. Houve também a ampliação dos exercícios militares conjuntos com os países da Amazônia.

Segundo Pagliari (2009, p.236-237), Brasil e Colômbia passaram a executar a operação Cobra (sobre inteligência policial na fronteira com a Colômbia), em setembro de 2000, contando com a participação da Polícia Federal e das Forças Armadas. A operação se destina a evitar a movimentação da guerrilha em território brasileiro, combate ao narcotráfico e aos demais ilícitos que ocorrem naquela região. As operações, que se desenvolvem em parceria com as forças policiais dos países vizinhos, foram estendidas também para Venezuela e Peru (Vepra e Pepra).

Além das atividades policiais e militares para evitar que o conflito colombiano ultrapassasse a fronteira, a autora lembra que o Brasil desenvolveu o projeto SIVAM, Sistema de Vigilância da Amazônia, inaugurado em 2002. Esse sistema de vigilância visa à obtenção de dados sobre a região para subsidiar ações de defesa, monitorar o controle do tráfego e defesa aérea, a vigilância das fronteiras, questões de meio ambiente como prospecção de recursos naturais e queimadas, além do apoio a unidades militares para o monitoramento aéreo visando o combate ao contrabando de drogas, dinheiro e armas.

Em relação às questões do narcotráfico e do fluxo de armas, que se interligam em redes criminosas com a guerrilha colombiana e que preocupam o governo brasileiro porque se refletem em muitas cidades brasileiras, o Brasil estabeleceu com a Colômbia, em julho de 2003, um Grupo de Trabalho para a Repressão da Criminalidade e Terrorismo; foi criada também uma Comissão Mista Antidrogas. Enquanto a parceria do segundo instrumento está diretamente ligada à ajuda brasileira para tratar da questão das drogas, o primeiro tem como objetivos discutir a agilidade de intercâmbio de inteligência, cooperação em investigação criminal e judiciária, modalidades de utilização do SIVAM por aquele país, compatibilização em matéria legislativa e controle de fronteiras (idem, p. 236).

Com o início do segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), percebe-se uma mudança da política externa brasileira em relação à América do Sul, pois as iniciativas de coordenação foram ampliadas para o campo da segurança regional. Os temas de defesa ganharam maior destaque na condução política do presidente Lula e do ministro Celso Amorim; o Ministério da Defesa, por sua vez, adquiriu uma importância até então nunca vista.

No segundo semestre de 2007, foi lançado um projeto que contemplava uma proposta de desenvolvimento e proteção de longo prazo para o país, chamado “ Projeto Brasil 3 Tempos – 50 temas estratégicos “. Elaborado no âmbito do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, coordenado pelo então ministro Roberto Mangabeira Unger, o documento considera necessário organizar um “ Sistema Coletivo de Defesa” , com o objetivo de se preparar para o enfrentamento de novas ameaças e para a proteção do território.

A ideia de criação de um Conselho de Defesa Sul Americano (CDS) é lançada, em fevereiro de 2008, durante visita de Lula e do Ministro de Defesa Nelson Jobim à Argentina. Na ocasião, Jobim falou que o objetivo do CDS seria o “entendimento com todos os países sul-americanos para que pudessem ter uma mesma palavra sobre defesa nos organismos internacionais e resolver por meio deste conselho as eventuais questões que surjam”.

Poucos dias depois, ocorre a operação Fênix das Forças Armadas colombianas em território equatoriano, para capturar membros das FARC. O exército colombiano bombardeou um acampamento da guerrilha resultando na morte de Raúl Reyes, o número dois do comando, além de duas dezenas de outros guerrilheiros. Venezuela e Equador mobilizaram tropas em suas fronteiras com a Colômbia e cortaram relações diplomáticas.

Depois de um grande esforço do Brasil e da Argentina, um acordo diplomático finalmente foi obtido na XX Reunião do Grupo do Rio, em Santo Domingo, uma semana após o ataque. O acordo reiterou a posição da OEA contra a violação de soberania do Equador e nele o presidente Uribe deu garantias de que episódios semelhantes não voltariam a ocorrer. Com isto, as queixas na Corte Internacional de Justiça foram retiradas e houve diminuição no nível de militarização da disputa (Cepik, 2008, p.9). Porém, ficou evidente o grande desafio enfrentado pelos países sul-americanos na consolidação de uma comunidade pacífica.

A iniciativa brasileira começou a ganhar corpo depois destes acontecimentos do início de março de 2008. O ministro Jobim realizou visitas aos onze países da região, durante os meses de abril e maio, com o intuito de conseguir apoio e de esclarecer eventuais dúvidas sobre Conselho de Defesa. A proposta foi bem aceita por alguns países, entretanto, as dúvidas peruanas e o rechaço explícito do presidente colombiano Uribe aconselharam deixar a proposta de criação de CDS para outro momento.

4.1. A Consolidação da Unasul

Apesar destas divergências, o processo de integração deu um importante passo, em 23 de maio, com a assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul, incorporando as conquistas e avanços da Comunidade Andina e do Mercosul. A organização é instituída com personalidade jurídica internacional e, assim, pode promover iniciativas de diálogo com outros grupos regionais, o que confere um avanço concreto na construção da comunidade sul-americana.

O Tratado Constitutivo reconhece que os objetivos estratégicos da união e da integração sul-americanas são ambiciosos, por isso inclui os princípios de flexibilidade e de gradualidade. A organização buscará o fortalecimento do diálogo político a fim de reforçar a integração e a participação da América do Sul enquanto bloco no cenário internacional.

Os objetivos específicos são: a integração energética e infra-estrutura para interconexão regional; a consolidação de uma identidade sul-americana com vistas a alcançar uma cidadania sul-americana; a promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados-membros; a coordenação entre os organismos especializados dos Estados-membros para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o combate às drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, além da promoção do desarmamento, da não proliferação e da desminagem; o intercâmbio de informação e experiência em matéria de defesa.

O órgão máximo da Unasul é o Conselho de Chefes de Estado e de Governo, que terá periodicidade anual. Suas atribuições são:

- a) estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e os projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para sua implementação;
- b) convocar Reuniões Ministeriais Setoriais e criar Conselhos de nível Ministerial;
- c) decidir sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- d) adotar as diretrizes políticas para as relações com terceiros.

A Presidência Pró Tempore é exercida sucessivamente por cada um dos Estados Membros, em ordem alfabética, por um ano. Deverá representar a Unasul em eventos internacionais e firmar Declarações com terceiros. A Unasul possui mais dois mecanismos de encontros regulares: o Conselho de Ministros de Relações Exteriores, a cada semestre; e o Conselho de Delegados, com reuniões preferencialmente bimestrais.

O Secretario Geral será designado pelo Conselho de Chefes de Estado e de Governo com base em proposta do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por um período de dois anos, renovável apenas uma vez.

Toda a normativa da Unasul será adotada por consenso, mas qualquer Estado Membro poderá eximir-se de aplicar aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, seja por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política. No caso das instituições, organizações ou programas que sejam criados, qualquer dos Estados Membros poderá participar como observador ou eximir-se total ou parcialmente de participar por tempo definido ou indefinido.

As controvérsias que eventualmente surjam entre Estados Partes a respeito da interpretação ou aplicação das disposições do presente Tratado Constitutivo serão resolvidas mediante negociações diretas.

Com o desejo de formar uma comunicade integrada, consolidada e pacífica, os países devem respeitar os princípios basilares de irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável.

Segundo Cepik (2009, p.6), o primeiro e mais importante evento para a consolidação da Unasul foi sua participação no conflito boliviano. A disputa entre o Governo Central de Evo Morales e os Departamentos de Pando, Tarija, Beni e Santa

Cruz quase levou o país à guerra civil, o que afetaria a estabilidade de toda a América do Sul.

Os quatro Departamentos autonomistas concentram mais de 50% da economia boliviana, pois são produtores de soja e ricos em gás natural e petróleo. A ideia do presidente Morales, através do projeto da Nova Constituição, é dividir mais igualmente os tributos vindos da rica região, ao passo que esta deseja maior autonomia (ou mesmo secessão). As tensões também se expressam pelos antagonismos sociais e impasses institucionais. O ápice da disputa ocorreu em setembro de 2008, com vários protestos nos departamentos autonomistas que incluíram o ataque a um gasoduto, a tomada de instalações do governo central e, no departamento de Pando, um enfrentamento entre servidores autonomistas e camponeses e estudantes que apoiavam o governo acarretou mais de uma dúzia de vítimas fatais entre os apoiadores do presidente (Mayorga, 2009, p.31).

Com a possibilidade de agravamento da situação, e transbordamento dos problemas além do território boliviano, a Presidência Pro Tempore da Unasul convocou uma Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo. Em 15 de setembro, reunidos no Palácio de la Moneda, em Santiago do Chile, os doze membros expressaram seu mais pleno e decidido respaldo ao Governo Constitucional do presidente Evo Morales. Ademais, afirmaram que não reconheceriam qualquer tentativa de golpe civil, ruptura de ordem institucional ou comprometimento da integridade territorial da Bolívia. A rápida mediação demonstrou um importante passo para o fortalecimento da Unasul.

Para Cepik (2009, p.6), o forte apoio da Unasul ao presidente Evo Morales e sua bem sucedida mediação do conflito ajudou a fortalecer a organização, garantindo a unidade da Bolívia e a estabilidade na América do Sul como um todo. A agilidade da reação sul-americana sinalizou para outros países que a América do Sul não aceitaria qualquer separatismo, bem como qualquer intervenção externa no continente.

Assim, a eficiente solução da crise boliviana tornou-se o marco inicial para a consolidação da América do Sul como espaço de segurança regional integrado. Diferentemente da crise de março de 2008, a OEA desempenhou um papel marginal e os Estados Unidos ficaram fora da equação (Merke, 2009, p. 45).

A respeito da criação do Conselho de Defesa, apenas a Colômbia se manteve desfavorável, mas não se opôs à formação de um grupo de estudo, integrado por representantes das Chancelarias e do Ministérios da Defesa. Uribe argumentava que

existiam divergências com os países vizinhos sobre a classificação de grupos armados como terroristas. Depois da visita de Lula à Colômbia, em julho de 2008, o presidente colombiano finalmente concordou com a participação no Conselho de Defesa mediante a aceitação de 3 condições:

- 1) As decisões das organizações devem ser adotadas por consenso;
- 2) O Conselho deve explicitar que somente reconhece as forças institucionais consagradas pelas Constituições de cada país;
- 3) Os países devem rechaçar expressamente a grupos violentos, sem importar sua origem.

Assim, por causa do esforço diplomático brasileiro, todos os países sul-americanos acabaram por aceitar a criação de um Conselho de Defesa, que veio a se tornar realidade em 16 de dezembro de 2008. Reunidos na Costa do Sauípe (Bahia), os Chefes de Estado e de Governo da Unasul formalizaram uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa (Artigo I), com os seguintes princípios:

- o respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, não intervenção em seus assuntos internos e autodeterminação dos povos;
- fortalece o diálogo e o consenso em matéria de defesa por meio do fomento às medidas de confiança e transparência;
- pleno reconhecimento das instituições de defesa nacional de cada um dos Estados membros;
- subordinação constitucional das instituições de defesa à autoridade civil;
- promove a redução das assimetrias entre os sistemas de defesa dos membros de maneira a fortalecer a capacidade da região no campo da defesa;
- fomenta a defesa soberana dos recursos naturais das nações sul-americanas;
- reafirma a convivência pacífica dos povos, a vigência dos sistemas democráticos de governo e sua proteção, em matéria de defesa, frente a ameaças ou ações externas ou internas, no marco das normativas nacionais. Da mesma forma, rechaça a presença ou ação de grupos armados à margem da lei, que exerçam ou propiciem a violência qualquer que seja sua origem.

O CDS se estrutura a partir de três objetivos gerais: consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento

integral dos povos da América do Sul; construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando em conta as características sub-regionais e nacionais; gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

Em março de 2009, foi realizada a I Reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano, em Santiago do Chile. O que marcou o encontro foi a conformação do Plano de Ação para 2009-2010, que tem quatro eixos principais: 1) intercâmbio de informações sobre políticas de defesa, incluindo a realização de um seminário sobre modernização dos Ministérios de Defesa, compartilhamento de gastos de defesa, identificar os fatores de risco e ameaças para a região; 2) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz: exercício combinado de assistência em caso de desastres naturais, elaborar um inventário das capacidades de defesa; 3) indústria e tecnologia de defesa: elaborar um diagnóstico da indústria de defesa dos países e promover iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação na indústria de defesa; 4) formação e capacitação: intercâmbio de informações e construção de um Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED).

4.2. A Presença norte-americana e o Fortalecimento do Conselho de Defesa

Através de uma agenda ampla para a construção comum, gradual e flexível da identidade sul-americana de defesa, o CDS confirma a liderança brasileira e sua crescente capacidade para introduzir iniciativas, articular posições regionais e aumentar seu capital simbólico na região e no mundo. Para Merke (2009), existem pelo menos três explicações que embasam a decisão do Brasil de fomentar o CDS.

A primeira é que o Brasil teria criado o organismo para legitimar sua hegemonia, para prevenir a insegurança e para diminuir os incentivos para a defecção. O CDS então consolidaria a preferência de construir a América do Sul como região cognitiva e política, ao mesmo tempo, excluiria os Estados Unidos e o México da equação de segurança regional. O autor no entanto lembra que o Brasil não possui uma cota substancial dos fatores (recursos de poder, projeto hegemônico bem definido, apoio político nacional firme) para construir com hegemonia sustentável de modo solitário.

A segunda explicação é que o Brasil teria criado o CDS para fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro por meio da criação de um mercado regional de

defesa, ou seja, a articulação de um programa de defesa com um de desenvolvimento em que a região ocuparia um lugar central. Desta forma, o CDS seria a cara externa da Estratégia Nacional de Defesa.

A terceira explicação de Merke é que o CDS poderia canalizar a cooperação no setor de defesa, para distribuir informação entre os membros, para diminuir a incerteza e para promover uma estrutura de normas coletivas sobre o papel dos militares e sobre o uso da força. Assim, o “órgão de consulta, cooperação e coordenação” consolidaria a governança regional.

Apesar de enfatizarem aspectos diferentes, são explicações complementares, e não excludentes. O Brasil terá um papel central nas três situações, mas não poderá assumir posições de modo solitário. O país deseja liderar a região, a fim de que possa crescer como “global player”, mas sempre respeitando os princípios básicos de sua diplomacia, como não ingerência em assuntos internos dos Estados e respeito à soberania.

Embora o contexto atual seja instável, pelo menos ele permite maior liberdade de movimento aos Estados que procuram identificar padrões próprios de segurança. Assim, Guerra (2009, p.156) considera que o atual momento de transição oferece a oportunidade para que países como o Brasil, bem como seus vizinhos, trabalhem no sentido de criar, na América do Sul, um ambiente livre de posturas geopolíticas ultrapassadas e de paradigmas da Guerra Fria.

Como já foi visto no capítulo I, o fim do conflito bipolar entre soviéticos e americanos acarretou um arranjo global pouco claro, o que tem tornado difícil a todos os países a avaliação crítica do atual processo de acomodação de forças. Observam-se tentativas de adaptação de práticas ultrapassadas nos desdobramentos de contexto em que a ausência de inimigos evidentes, o surgimento de novas ameaças não estatais e a participação crescente de atores transnacionais demandam o estabelecimento de parâmetros de auto defesa distintos dos tradicionais.

Não surgiu desde o término deste conflito, uma ideia abrangente de segurança e defesa, pois os países adotam entendimentos diferentes em relação a esses conceitos. As Cúpulas das Américas e as Conferências de Ministros de Defesa das Américas não avançaram muito além da reiteração de propósitos difíceis de implementar e de acordos retóricos, e conseqüentemente, os resultados práticos são de efetividade precária e foram insuficientes para o estabelecimento de uma nova arquitetura de segurança.

Porém, isso não significa que a região está menos exposta às pressões norte-americanas. A partir da implantação do Plano Colômbia e o destaque a uma política militarizada de combate às drogas, a presença militar dos Estados Unidos na América do Sul tornou-se fonte de preocupação para os principais atores sul-americanos, que se intensificou após os atentados de 11 de setembro.

A presença militar na região passou a contar também, a partir de meados de 2008, com a reativação da Quarta Frota, que voltará a realizar operações militares nas águas do Atlântico Sul. Depois de quase 60 anos desde a sua desativação (em 1950), o anúncio causou desconforto e preocupação por parte de governos e sociedade civil da América Latina.

Algumas análises mais extremas acham que a Quarta Frota é um grande encanador militar que levará a água do Aquífero Guarani para Washington. Por outro lado, a resposta oficial do Estados Unidos é de que a Quarta Frota é apenas uma unidade administrativa, ou seja, não teria poder militar efetivo. Assim sendo, seu objetivo está restrito à organização do poder naval para auxiliar em missões de paz e outras ações que também seriam benéficas à região, como ajudas humanitárias e controle marítimo para combate de tráficos internacionais (Cintra, 2008). De acordo com o embaixador americano no Brasil, Clifford Sobil:

A Quarta Frota reflete o compromisso dos EUA de trabalhar com nações parceiras na região para responder a desastres naturais, oferecer assistência humanitária, participar em operações antidrogas e de exercícios navais tradicionais com parceiros regionais, incluindo o Brasil (SOBIL, 2008).

No entanto, é necessário evitar tanto a paranóia quanto a inocência das justificativas. Para Merke (2009, p.38), uma das causas tem a ver com a vontade dos Estados Unidos de garantir sua supremacia também no mar, dissuadindo adversários potenciais de iniciarem aventuras que podem prejudicar ou disputar o poder norte americano (países como China, Rússia e Venezuela). A segunda razão é interceptar o transporte de drogas, armas, substâncias químicas ou biológicas que possam ser usadas para ataques terroristas. A terceira justificativa de Merke tem a ver com a inclusão da pobreza, da desigualdade, da corrupção e do chamado “populismo radical” na agenda de segurança norte-americana.

Para Cintra (2008), outra causa é a consolidação no Brasil tanto da grande capacidade agrícola (utilizada ou potencial), como também da grande capacidade de produção energética (reservas de petróleo, hidroelétricas, biocombustíveis).

Ainda que não seja possível ter certeza absoluta sobre os verdadeiros objetivos da reativação da Quarta Frota, a decisão americana demonstrou a importância da necessidade de reequipamento e modernização da Marinha Brasileira, e contribuiu diretamente para fortalecer o interesse brasileiro pelo Conselho de Defesa Sul-Americana e pela independência estratégica como princípio fundamental da END (Vaz, 2009, p.46).

Além da Quarta Frota, outra decisão que vem causando mal estar e preocupação na maioria dos países sul-americanos é o recente acordo militar entre Colômbia e Estados Unidos. A Base Aérea de Palanquero será incluída no esquema global de rotas da Força Aérea dos Estados Unidos para o transporte de carga e pessoal. A principal controvérsia em torno do acordo é justamente o raio de ação dos militares americanos na região. O Ministro interino de Defesa da Colômbia, General Freddy Padilla, afirmou em agosto de 2009 que os americanos poderão usar mais duas bases da Força Aérea (Apuay e Malambo), duas do Exército (Tolemaida e Larandia) e duas navais (Cartagena e Málaga).

No início de novembro de 2009, é publicado no site do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia o “Acordo complementar para a Cooperação e Assistência Técnica em Defesa e Segurança”. O texto não afirma explicitamente que operação do Exército americano fora das fronteiras colombianas estão proibidas. Para Adam Isacson, Diretor do Programa de Segurança para a América Latina do Center for International Policy, o acordo só estabelece que obedecerá aos “princípios de não-intervenção em assuntos internos de outros Estados”. Isso significa na prática que, se os Estados Unidos alegarem o direito de auto-defesa, poderão operar em outras regiões da América Latina, a partir das bases colombianas.

Como forma de buscar garantias de não-intervenção extraterritorial e solucionar a crise diplomática entre Colômbia e seus vizinhos, foi realizada, no final de novembro, a II Reunião de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da Unasul, em Quito.

Pela Resolução, a Unasul afirma que os membros devem notificar os respectivos países limítrofes a respeito de qualquer exercício militar, bem como estabelecer mecanismos de comunicação entre forças armadas de fronteira, a fim de coordenar e informar suas atividades.

O documento determina que os acordos de cooperação em matéria de defesa celebrados pelos Estados membros do bloco incluam uma cláusula expressa que assegure respeito aos princípios de igualdade soberana dos Estados, de integridade e inviolabilidade territorial e de não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

O governo colombiano, embora não tenha mandado seu Ministro de Defesa e seu Ministro de Relações Exteriores à Reunião, informou aceitar os termos da Resolução e assegurar o cumprimento das garantias formais pedidas pela Unasul. Em relação aos norte-americanos, o organismo considerou importante convidar o seu governo para dialogar sobre questões estratégicas, de defesa, paz, segurança e desenvolvimento.

A Resolução também determina que o CDS elabore nos próximos anos um “Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação da Unasul”, que constitua uma “Arquitetura de Segurança Sul-Americana” e que organize um “Código de Conduta sobre Questões de Defesa e Segurança”.

Não sabemos até que ponto estas propostas serão apenas retóricas, mas somente o processo de integração regional na América do Sul, com a criação de mecanismos de consulta entre os vários níveis de governo de seus Estados, pode reduzir as tensões existentes ou que venham a ser criadas em face de divergências econômicas, sociais ou até mesmo militares.

CONCLUSÃO

O trabalho mostrou que, desde o final dos anos 70, o Brasil vem construindo mecanismos de cooperação em assuntos de segurança com as nações da América do Sul. A histórica rivalidade entre brasileiros e argentinos deu lugar a um crescente processo de integração no Cone Sul, pois este relacionamento bilateral é o núcleo da formação do Mercosul. Embora ainda ocorram pequenos problemas nas fronteiras, como a questão das madeiras entre Uruguai e Argentina, reduziu-se a possibilidade de uso da força e estabeleceram-se condições para a promoção da estabilidade regional.

Há de se destacar também a participação conjunta dos países do Cone Sul na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), por ser um exemplo do processo de cooperação em segurança. A missão é liderada por Brasil, Chile e Argentina desde 2004 e, diferentemente das outras tentativas das Nações Unidas no Haiti, vem sendo bem sucedida. A fórmula para garantir esta coordenação diplomático-militar foi combinar a chefia política chilena com a militar brasileira, mantendo-se uma autoridade argentina no segundo lugar do Comando Militar e outra chilena como Chefe de Operações (Hirst, 2007, p.5).

Também em 2004 foi criada a Comunidade Sul Americana de Nações, com a finalidade de unir a região através da integração energética e de infra-estrutura. A temática da segurança não estava diretamente em pauta, mas a CSN serviu como aprendizado na difícil missão de empreender esforços conjuntos.

Com a mudança de nome para Unasul, houve o revigoramento dos mecanismos de cooperação sul americana, pois a segurança da região tornou-se um dos pilares do novo bloco. Ainda que o governo brasileiro não exponha abertamente a causa desta iniciativa, entendemos que a Unasul tem o papel de substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA) como fórum de diálogo e de aprofundamento das relações políticas na América do Sul.

A OEA não é mais suficiente para enfrentar os novos desafios de segurança do pós Guerra-Fria, e conseqüentemente vem sendo marginalizada na resolução de conflitos. Fato marcante foi a rápida intervenção diplomática da Unasul na questão boliviana em setembro de 2008, sem a presença dos Estados Unidos.

O Brasil tem procurado, em diferentes oportunidades, mostrar que o continente sul americano constitui uma unidade física indivisível, com identidade estratégica

própria, e que não é possível mais um conceito único de segurança hemisférica, aplicável às três Américas. Assim, o país procura estender ao campo da defesa os avanços já obtidos em outras áreas a cooperação regional, buscando apoio para a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul Americana. O ano de 2008 foi de grande avanço na concretização de uma institucionalidade própria no campo da defesa, em parte graças à intensa diplomacia ministerial, com uma série de visitas do ministro Nelson Jobim aos países da região, o que culminou com a criação do CDS.

O Conselho certamente contribuirá para a formação de uma identidade sul americana no campo da defesa, a ter em conta as características sub-regionais e nacionais, articulando uma visão regional fundamentada em valores e em princípios comuns de interesses de Estados. Portanto, a existência de uma visão regional comum em matéria de defesa e segurança reforçará a confiança mútua e afastará percepções equivocadas, por meio do maior entrosamento entre as Forças Armadas da América do Sul, aportando maior previsibilidade e segurança à região.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes**. Mundorama, 2009 <http://mundorama.net/2009/03/14/estrategia-nacional-de-defesa-comentarios-dissidentes-por-paulo-roberto-de-almeida/> acesso em: 22/08/2009.

ALSINA, João Paulo Soares. **Corrida armamentista na América do Sul: falácia conceitual e irritante político**. Meridiano 47, n. 73, 2006.

_____. **Síntese Imperfeita: Articulação entre Política Externa e Política de Defesa na Era Cardoso (1995-2002)**. Tese de Mestrado. Brasília: UnB, 2003.

ALVES, Vágner Camilo e HEYE, Thomas. **Tamanho é Documento? O Brasil e o equilíbrio de poder na América do Sul**. Análise de Conjuntura, n.8. Observatório Político Sul-Americano. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>. Acesso em 12/05/2009.

AMORIM NETO, Octavio. **A Política Externa Brasileira: Novos Dilemas Geopolíticos e sua Falta de Condicionamentos Domésticos**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 3. 2007. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/30_analises_AC_n_3_mar_2007.pdf

AYERBE, Luis Fernando. **A evolução política sul-americana na perspectiva estadunidense: a interlocução entre think tanks e departamento de estado..** Análise de Conjuntura OPSA, n. 9. 2007. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/36_analises_AC_n_9_set_2007.pdf

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O Brasil e a América do Sul**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (Organizadores). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas* (2 volumes). São Paulo: Saraiva, 2006, vol. 1: pp.267-297.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. In: Estudos Avançados, São Paulo, v.19, nº 53, pp.71-86, 2005.

BELTRAMI, Lucas Nunes. **Articulações de um estado logístico: o Norte e o Sul na política do Governo Lula**. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2008.

BERTONHA, João Fábio. **Uma Corrida Armamentista na América do Sul?**
Meridiano
47, n. 73, 2006.

BRASIL. **Estratégia nacional de defesa**, Brasília, dez. 2008. Disponível em:
www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf . Acesso em: 15/01/2009

BRASIL E ARGENTINA 2015: construindo uma visão compartilhada : segunda parte. Rio de Janeiro: CEBRI, 2007

BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA Jr, Domício (orgs.) **Brasil e o Mundo: novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

_____. **Concertação Múltipla: Inserção Internacional de Segurança do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

CADERNOS ADENAUER II (2001), nº 5. **Segurança e Soberania**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CALDERÓN, Andrés Piedra. **A organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a integração da América do Sul**. In: CEPIK, Marco (Org.). **América do Sul:**

economia e política da integração regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 45-58.

_____. **A organização do tratado de cooperação amazônica e a consolidação do processo de integração sul-americana.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2007.

CAMPOS, Taiane; Vadell, Javier. **A encruzilhada regional do Mercosul: Brasil e Argentina na procura de um relacionamento estável para o século XXI.** Análise de Conjuntura OPSA, n. 6. 2009. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/63_analises_AC_n_06_jun_09.pdf

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul.** Análise de Conjuntura OPSA, n. 9. 2005. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/10_analises_Seguranca%20na%20America%20do%20Sul.pdf

_____. **A Crise Andina e o Futuro da Unasul.** Análise de Conjuntura OPSA, n. 4. 2008. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/45_analises_AC_n_4_abr_2008.pdf

_____. **Regional Security and Integration in South America: What UNASUR Could Learn from the OSCE and the Shanghai Organization.** In: KANET, Roger. *The United States And Europe In A Changing World: Republic of Letters*, 2009.

_____.(editor). **América do Sul : economia & política da integração regional.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

CEPIK, Marco e RAMIRES Socorro, (editores). **Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: Primeras Aproximaciones.** Bogotá: UFRGS, IEPRI, Friedrich EbertStiftung, 2004.

CEPIK, Marco; CARRA, Marcos. **Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 4. 2006. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em:

http://observatorio.iuperj.br/pdfs/17_analises_Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf

CERVO, Amado Luiz. **As Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG; IBRI, 2002.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB/IBRI, 2002

CERVO, Amado L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO FORTE COPACABANA. **Segurança Internacional : um diálogo Europa - América do Sul : 2005**. Rio de Janeiro: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2005.

_____. **Segurança Internacional : um diálogo Europa - América do Sul : 2006**. Rio de Janeiro: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2007.

_____. **Segurança Internacional : um diálogo Europa - América do Sul : 2007**. Rio de Janeiro: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2008.

_____. **Segurança Internacional : um diálogo Europa - América do Sul : 2008**. Rio de Janeiro: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2009.

COSTA, José Luiz Machado. **Balanço Estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul-Americana de Defesa**. In: Política Externa, Vol 7, nº 4, São Paulo: Paz e Terra, mar/abr/mai/1999. pp. 67-95.

COSTA, Thomas Guedes. **Em Busca da Relevância**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (Organizadores). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas (2 volumes). São Paulo: Saraiva, 2006 vol. 2: pp.283-301

DOMINGUES José Maurício. **Regionalismos, poder de Estado e desenvolvimento** Análise de Conjuntura OPSA, n. 7. 2005. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/8_analises_Analise_conjuntura_junho.pdf

_____. **A Bolívia às vésperas do futuro** . Análise de Conjuntura OPSA, n. 9. 2008. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/51_analises_AC_n_09_set_2008.pdf

DULLIUS, Gustavo. **Gastos Militares na América do Sul: Venezuela e Chile (2003-2008)**. Monografia apresentada para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 57p.

GUERRA, Wilson. **Desafios à segurança regional na América do Sul**. In: Segurança Internacional : um diálogo Europa - América do Sul : 2008. Rio de Janeiro: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2009.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES José Maurício; MANEIRO, Maria. **Bolívia - A História sem Fim**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 5. 2005. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/6_analises_historia_sem_fim.pdf

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES José Maurício. **As Reformas Bolivianas e o Contexto Sul Americano Atual**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 5. 2007. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/32_analises_AC_n_5_mai_2007.pdf

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

HERZ, Mônica; WROBEL, Paulo S. **A política brasileira de segurança no pós-Guerra Fria**. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. (Orgs.). **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p. 255-318.

HIRST, Monica. **Os cinco “as” das relações Brasil - Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. (Orgs.) **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006, v. 1. p. 91-127.

_____. **A Intervenção Sul-Americana no Haiti**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 6. 2007. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em:
http://observatorio.iuperj.br/pdfs/33_analises_AC_n_6_jun_2007.pdf

JACOME, Francine. **La política de seguridad y defensa del gobierno de Venezuela en el 2008** IN: MATHIEU, Hans e ARREDONDO. **Anuario 2009 de la seguridad regional en America Latina y el Caribe**. Friedrich Ebert Stiftung en Colombia – Fescol, 2009

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MALAMUD, Carlos e Encina, Carlota. **Rearmament or renovation of military equipment in Latin America**. Working paper, 2007. Disponível em:
www.realinstitutoelcano.org. Acesso em: 12/10/2009

MALAMUD, Carlos. **El aumento de la conflictividad bilateral en América Latina: sus consecuencias dentro y fuera de la región**. Análisis de Real Instituto Elcano, no 61/2005. RI Elcano, Madrid, 2005. Disponível em:
<http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/740.asp>. Acesso em 12/10/2009

MATHIAS, Suzeley; Guzzi, André. **Aspectos da integração regional em defesa na América do Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional n° 51, 2008.

MATHIEU, Hans e ARREDONDO. **Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Friedrich Ebert Stiftung en Colombia –Fescol, 2009.

MAYORGA, Fernando. **Bolivia: Seguridad regional, crisis política y conflictos IN: MATHIEU, Hans e ARREDONDO. Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Friedrich Ebert Stiftung en Colombia –Fescol, 2009.

MERKE, Federico. **América do Sul e a agenda de segurança hemisférica: desafio das assimetrias**. In: Segurança Internacional : um diálogo Europa - América do Sul : 2008. Rio de Janeiro: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2009.

MILET, Paz. **Chile: Tensiones con vecinos del norte, modernización de la defensa y proyección regional in: Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Friedrich Ebert Stiftung en Colombia –Fescol, 2009.

MIYAMOTO, Shinegoli. **A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol.22, n° 2, julho/dezembro 2000, pp. 431-472.

OBANDO, Enrique. **Análisis sobre la seguridad interna y externa de Perú y su posición respecto a la seguridad regional. In: Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Friedrich Ebert Stiftung en Colombia – Fescol, 2009.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança Regional e Política Externa Brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul (1990-2006)**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). IPRI, Brasília, 2009. 284p.

PAIVA, Luis Eduardo Rocha. **Estratégia Nacional de Defesa: acertos e equívocos.** **Alerta Total**, 2009 <http://www.alertatotal.net/2009/04/estrategia-nacional-de-defesa-acertos-e.html> acesso em 22/10/2009.

PILETTI, Felipe. **Segurança e defesa da Amazônia: o exército brasileiro e as ameaças não-tradicionais.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2008.

PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da & SILVA, R. D. Pinho da. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil.** Vol. I. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

_____. **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança.** Vol. II. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

_____. **As forças armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país.** Vol. III. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

_____. **Desafios na atuação das Forças Armadas.** Vol. IV. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

PROENÇA JÚNIOR, Domício *et alli*. **Guia de Estudos de Estratégia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PROENÇA JÚNIOR, Domício e DINIZ, Eugênio. **A Política de Defesa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis (Orgs.). **Seminário política de defesa para o século XXI.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; CASTRO, Gustavo Fábian. **El Consejo Sudamericano de Defensa.** **Boletín RESDAL**, Buenos Aires, ano VI, n.29, p. 4-8, jun. 2008.

SEBBEN, Fernando Dall' Onder. **Separatismo e hipótese de guerra local na Bolívia : possíveis implicações para o Brasil**. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2007.

SILVA, André. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso**. Tese de Doutorado. PPG Ciência Política UFRGS, 2008. p 320.

SIPRI YEARBOOK: ARMAMENTS, DISARMAMENT AND INTERNATIONAL SECURITY. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VAZ, Alcides Costa. **O Brasil e o Sistema Interamericano**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (Organizadores). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas** (2 volumes). São Paulo: Saraiva, 2006 vol. 2: pp.43-73.

_____. **Brasil: Defensa, seguridad y perspectivas regionales en 2008**. IN: MATHIEU, Hans e ARREDONDO. **Anuario 2009 de la seguridad regional en America Latina y el Caribe**. Friedrich Ebert Stiftung en Colombia –Fescol, 2009.

VILLA, Rafael. **A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 10. 2007. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/37_analises_AC_n_10_out_2007\(2\).pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/37_analises_AC_n_10_out_2007(2).pdf)

VILLA, Rafael. **Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares**. Estudos e Cenários OPSA, 2008. Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/8_estudosecenarios_2008-12%20-%20Estudos_Villa.pdf

VIZENTINI, Paulo e WIESEBRON, Marianne (orgs). **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade?** Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

VIZENTINI, Paulo. **A política externa do regime militar brasileiro:** multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SÍTIOS DA INTERNET

- www.mre.gov.br
- www.defesa.gov.br
- www.observatorio.iuperj.br
- www.defesabrasil.com
- www.ecsbdefesa.com.br/defesa/
- www.sipri.org